

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Jéssica Soares Flores

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O PAPEL SOCIOAMBIENTAL DOS  
CATADORES ATUANTES NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO, RS**

Santa Maria, RS  
2020

Jéssica Soares Flores

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O PAPEL SOCIOAMBIENTAL DOS  
CATADORES ATUANTES NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO, RS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação Ambiental, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental**.

Orientador: Dr. Clayton Hillig

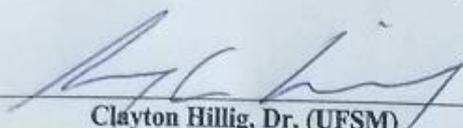
Santa Maria, RS  
2020

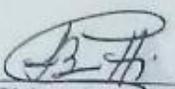
Jéssica Soares Flores

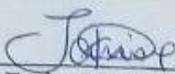
**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O PAPEL SOCIOAMBIENTAL DOS  
CATADORES ATUANTES NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO, RS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação Ambiental, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental**.

Aprovado em 23 de julho de 2020:

  
\_\_\_\_\_  
**Clayton Hillig, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Cláudia Cisiane Benetti, Dra. (UFSM)**  
(Coorientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Janine Farias Menegaes, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho para minha mãe Neuza, que és meu exemplo de superação e apoio incondicional sempre presente valorizando minha formação.*

*Ao meu amado Henrique, que ofereceu apoio na minha trajetória, através de seus conselhos e dedicação para que me mantivesse firme com os estudos. Obrigado!*

*E também, aos amigos que acreditaram e apoiaram com alegria esse trajeto.*

## AGRADECIMENTOS

Para que este trabalho hoje existisse várias pessoas foram importantes. Cada pessoa que de alguma forma contribuiu para que esta pesquisa possa ser compartilhada, agradeço de coração:

- Especialmente, a todos os catadores da ARPES (Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago) que aceitaram e participaram da pesquisa. Espero que este trabalho abra as fronteiras para que novas pesquisas e projetos possam ser realizados com vocês e com a profissão de vocês. Foram minhas inspirações.

- A minha amiga Janine, que não mediu esforços para me ajudar, muitas vezes me mantendo forte na escrita. Foi minha orientadora particular. Seus conselhos, suas ideias, sua paciência foi de suma importância para continuar nessa pesquisa. Vou ser eternamente grata a você.

- Aos amigos e colegas do Curso de Especialização em Educação Ambiental, da Turma 11 de 2019. Cada um tem seu lugarzinho no meu coração. Todas as manhãs de aulas foram aventuras e aprendizados com vocês. Espero que um dia possamos nos encontrar novamente e continuar nossas rodas de risadas.

- À Universidade Federal de Santa Maria com educação gratuita, pública e de qualidade que oferece oportunidades para crescermos como pessoa e também profissionais.

- A todos os professores do curso de Especialização em Educação ambiental, que de muitas formas compartilharam um pouco do conhecimento e experiências durante suas aulas.

- Ao meu orientador, professor Clayton por ter aceito fazer parte deste trabalho. E a professora Cláudia, pelo apoio e dedicação e também por ter aceito fazer parte deste trabalho.

Enfim, a todos que de alguma forma fizeram parte desta trajetória genuína.

## RESUMO

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O PAPEL SOCIOAMBIENTAL DOS CATADORES ATUANTES NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO, RS**

AUTORA: Jéssica Soares Flores

ORIENTADOR: Clayton Hillig

O presente trabalho é apresentar as concepções ambientais, o papel da representação socioambiental e a valorização dos catadores atuantes no município de Santiago, RS, que exercem suas atividades na Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago (ARPES). Demonstrando, assim a atual realidade desses, quanto a sua forma de trabalho, seu conhecimento sobre Educação Ambiental e sua representatividade socioambiental. A pesquisa ocorreu em cinco etapas iniciando com estudo e pesquisa bibliográfica; escolha de metodologias qualitativas para coleta dos dados (estruturação da entrevista e questionário) e técnica metodológica para análise dos dados; reconhecimento do local e realização da entrevista; análise dos dados junto da bibliografia; apresentação da pesquisa aos catadores. O debate dos resultados a partir das falas dos entrevistados foi confrontado através da técnica de método descritivo e explicativo junto da bibliografia de referência. Para a construção do questionário qualitativo aplicado na entrevista, constitui-se em oito perguntas que são aplicadas para cinco pessoas sem identificação de dados pessoais, sendo três mulheres e dois homens escolhidos aleatoriamente. Para a pesquisa ter caráter qualitativa, realiza-se uma coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada acompanhada de um questionário aberto e a observação. As questões apresentadas no questionário aberto são: as atuais políticas públicas em prol dos catadores no município; a qualidade de vida e no trabalho; preconceitos e limitações constatadas durante a atividade; e sua percepção ambiental relacionada com a sua valorização socioambiental de sua profissão. Observou-se que as problemáticas apresentados na pesquisa resultou em reflexões sobre os resultados construindo debates que podem ser assunto em novas pesquisas e aprofundados sobre o tema. Sendo possível o desenvolvimento de novas práticas que visem auxiliar para diagnóstico e criação de novos projetos práticos voltados para a Educação Ambiental.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Papel socioambiental. Catadores. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

### ENVIRONMENTAL EDUCATION: THE SOCIO-ENVIRONMENTAL ROLE OF CATATERS ACTING IN THE MUNICIPALITY OF SANTIAGO, RS

AUTHOR: Jéssica Soares Flores

ADVISOR: Clayton Hillig

The present work is to present the environmental conceptions, the role of the socio-environmental representation and the valorization of the pickers working in the municipality of Santiago, RS, who exercise their activities in the Association of Recyclers Prophets of Ecology of Santiago (ARPES). Thus demonstrating the current reality of these, regarding their way of working, their knowledge of Environmental Education and their socio-environmental representativeness. The research took place in five stages starting with study and bibliographic research; choice of qualitative methodologies for data collection (structuring the interview and questionnaire) and methodological technique for data analysis; recognizing the location and conducting the interview; analysis of data with the bibliography; presentation of research to waste pickers. The debate on the results from the interviewees' statements was confronted through the technique of a descriptive and explanatory method with the reference bibliography. For the construction of the qualitative questionnaire applied in the interview, it consists of eight questions that are applied to five people without identification of personal data, three women and two men chosen at random. For the research to be qualitative, data collection is carried out through semi-structured interviews accompanied by an open questionnaire and observation. The questions presented in the open questionnaire are: current public policies in favor of waste pickers in the municipality; the quality of life and work; prejudices and limitations observed during the activity; and his environmental perception related to his socio-environmental appreciation of his profession. It was observed that the problems presented in the research resulted in reflections on the results, building debates that can be the subject of new and in-depth research on the topic. It is possible to develop new practices to help diagnose and create new practical projects aimed at Environmental Education.

**Keywords:** Environmental education. Socio-environmental role. Collectors. Public policy.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Representação Adaptada dos “três R: Redução, Reutilização e Reciclagem” .....	16
<b>Figura 2</b> – As três esferas das relações do desenvolvimento pessoal e social descritos por Sauvé, 2014.....	17
<b>Figura 3</b> – Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável construído durante a Assembleia Geral das Na�es Unidas no ano de 2015 .....	24
<b>Figura 4</b> – Cronologia das leis que envolvem a atua�o dos catadores no município de Santiago, RS. Adaptado.....	26
<b>Figura 5</b> – Imagem destaca como estão interligadas cada política pública dentro sobre Resíduos Sólidos no Plano Nacional.....	31
<b>Figura 6</b> – Mapa de caracteriza�o do município de Santiago, RS publicado pela Funda�o Brasileira para Desenvolvimento Sustentável .....	34
<b>Figura 7</b> – Correla�o da pesquisa bibliográfica referente a escolha dos autores. ....	42

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Objetivos da ODS que se enquadram a pesquisa .....	25
<b>Tabela 2</b> – Dados encontrados sobre o município de Santiago, RS .....	32
<b>Tabela 3</b> - Dados encontrados sobre a quantidade (t/dia) estimados de resíduos gerados no município de Santiago, RS; Adaptado de PGIRS-RS, 2013.....	33
<b>Tabela 4</b> - Dados informacionais sobre os dias de coleta seletiva nos bairros do município de Santiago/RS realizados pela ARPES; Adaptado de PGIRS-RS de 2013.....	36

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Organiza�o das determina�es do Código Brasileiro de Ocupa�es, onde consta a codifica�o até a se�o sobre catadores de materiais recicláveis e sua denomina�o. Adaptado. ....	29
<b>Quadro 2</b> – Questionário construído para os catadores do município de Santiago, RS.....	40
<b>Quadro 3</b> – Resultados parciais encontrado através da aplica�o do questionário dentro da entrevista semiestruturada, com os catadores da Associa�o de Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago, Santiago/RS.....	45

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARPES	Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
EA	Educação Ambiental
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
ODM	Objetivos do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PERS	Plano Estadual de Resíduos Sólidos
PGIRS	Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
PNEA	Plano Nacional de Educação Ambiental
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RIO+92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
URI	Universidade Regional Integrada
USPAM	União Santiaguense de Proteção ao Meio Ambiente

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>14</b>
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	14
2.3 CONTEXTO GERAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RESÍDUO SÓLIDOS.....	23
2.3.1 No município de Santiago, RS .....	32
2.4 ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL EM SANTIAGO-RS .....	37
<b>3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS E TÉCNICOS .....</b>	<b>38</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>44</b>
4.1 O RECONHECIMENTO SOCIOAMBIENTAL DOS CATADORES.....	45
4.2 EXERCÍCIO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS CATADORES .....	48
4.3 VALORIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS CATADORES .....	50
4.4 CONHECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS CATADORES .....	52
4.5 REPRESENTAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS CATADORES.....	53
4.6 CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE NA VISÃO DOS CATADORES.....	56
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem sido grande referência quanto às práticas ambientais realizadas, mesmo que estagnadas ao longo do tempo, temos uma legislação que incentiva a formação de pensamento crítico e social. Com ênfase na questão socioambiental, por meio de novas práticas educacionais que valorizam o indivíduo como ser atuante e transformador da sua realidade (REIGOTA, 2000).

Por meio de grandes encontros internacionais e nacionais, como o Clube de Roma (1968)<sup>1</sup>, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>2</sup> em Estocolmo (1972)<sup>3</sup>, O Relatório de Brundtland (1987)<sup>4</sup>, o Rio+92 em Rio de Janeiro (1992)<sup>5</sup>, e os demais contínuos eventos como esses, o debate sobre as problemáticas e as questões ambientais se ampliaram de uma forma global. Desses debates, originaram o surgimento de projetos políticos, sociais, econômicos e culturais para ressaltar a preservação dos recursos do meio ambiente natural, pela qualidade e preservação vida da população e espécies, estas metas ficam em grande evidência com o passar das décadas (LANGE; RATTO, 2000).

No Brasil, as grandes iniciativas da preservação e cuidados com o meio ambiente iniciaram com ajuda da aplicação da Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA) forma de Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; juntamente com o Decreto nº 8.892/2016, em que cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (JANNUZZI, 2018).

Nos respaldos legislativos para que os novos atuantes em benefício do bem comum, da preocupação com a Educação Ambiental e suas aplicabilidades estão bem amparadas. O

---

<sup>1</sup> Clube de Roma idealizado por Aurélio Peccei, fundado em 1968 constituía de aproximadamente 100 pessoas de 30 países, reunidos para debater assuntos como; política, economia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583881-clube-de-roma-ate-2050-precisamos-parar-o-uso-de-combustiveis-fosseis>>

<sup>2</sup> A ONU é uma organização internacional com participação de diversos países que voluntariamente trabalham para a conquista da paz e do desenvolvimento mundial. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>

<sup>3</sup> Após relatório apresentado pelo Clube de Roma, a Conferência de Estocolmo destaca a problemática diante do crescimento e do desenvolvimento sobre o meio ambiente, referente a proteção e o direito humano sobre o meio ambiente saudável e as futuras gerações. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568779-o-que-deu-errado-na-luta-por-um-meio-ambiente-equilibrado-no-brasil>>

<sup>4</sup> O nome dado ao relatório é homenagem à Gro Harlem Brundtland que chefiou a reunião acontecida em 1987, produzindo o relatório emblemático “Nosso Futuro Comum” na Noruega. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507750-existumabusodo>

<sup>5</sup> Uma agenda construída para que até 2015 fosse apresentado os resultados positivos para o meio ambiente quanto ao Protocolo de Kyoto e a Agenda 21 debatidas. A partir deste momento surgem as Metas do Milênio e a ODS. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/536998-descaminhos-percorridos-da-rio-92-a-agenda-pos-2015-artigo-de-iara-pietricovsky>>

que falta não é o rigor na fiscalização e controle, mas de apresentar os resultados obtidos através destes projetos ambientais, sociais e econômicos de políticas públicas para a comunidade de forma justa e transparente, sem interesses de minorias autoritárias (JANNUZZI, 2018). Outra questão, a necessidade de uma reflexão dentro das práticas sociais, principalmente, nos tempos atuais onde a violência contra os seres vivos e o meio ambiente estão em evidência. Através do diálogo contínuo, busca-se possibilitar que novas ideias e atores possam fazer parte de um conhecimento compartilhado dentro da complexidade ambiental, gerando capacitação dentro das comunidades de maneira interdisciplinar (JACOBI, 2003).

Do mesmo modo, também temos que ter o entendimento de que a Educação Ambiental compreende questões humanistas e holísticas, baseado nos estudos de Sauvé (2008). No primeiro caso, a corrente humanista está sempre disposta a entender as mudanças da paisagem do meio ambiente, entrando o estudo da cultura, da economia, da política, sendo as atividades humanas e as mudanças não naturais na natureza. A questão holística neste caso, entra como o enfoque do ser cidadão. Juntamente, com a consciência humana e a sua rela o com o meio ambiente de maneira crítica e evolutiva (SAUVÉ, 2008).

Pode-se destacar que um dos grandes agentes e precursores da união entre a prática e a consciência ambiental são os atuais catadores de materiais recicláveis atuantes em nosso país que estão respaldados pela Lei n  12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). As quais, fazem a união entre a Educa o Ambiental voltada para a forma o crítica e cidadã, da forma o ambiental voltada para a atua o profissional que tratam o meio ambiente com grande importância (POMPÉIA, 1995; LANGE; RATTO, 2000).

Na Lei n  12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), existem respaldos jurídicos para que os catadores e selecionadores possam ser inseridos na participa o da preserva o dos recursos naturais evitando, por exemplo, com o descarte ilegal e inapropriado na natureza de resíduos que podem ser reaproveitados (BRASIL, 2010). Algumas das a o es que podem ser observadas nesta pesquisa são Logística Reversa e a Coleta Seletiva juntamente com a comunidade, empresas e políticas públicas para melhorar o relacionamento da sociedade com o meio ambiente.

A necessidade de combater o desconhecimento e desvaloriza o do trabalho realizado pelos catadores   fundamental para que eles continuem abrindo as fronteiras para o estudo da Educa o Ambiental, eles são pessoas que possuem o conhecimento de vivência não são baseada no teórico. Desta questão podemos revelar a representa o social que eles possuem

na sociedade, por tratar da sua função, cultura e comunicação dentro da comunidade (MOSCOVICI, 1978; STOREY, 2000).

Para a pesquisa ter caráter qualitativa, realiza-se uma coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada acompanhada de um questionário aberto e a observação (LAZZARIN, 2017). As questões apresentadas no questionário aberto são: as atuais políticas públicas em prol dos catadores no município; a qualidade de vida e no trabalho; preconceitos e limitações constatadas durante a atividade; e sua percepção ambiental relacionada com a sua valorização socioambiental de sua profissão. A partir de um método descritivo e explicativo espera-se encontrar algumas relações entre os problemas relatados neste trabalho partindo de um conhecimento do senso comum e assim construir os caminhos que essa questão traz. (MARCONI; LAKATOS, 2003)

Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é apresentar as concepções ambientais, o papel da representação socioambiental e a valorização dos catadores atuantes no município de Santiago, RS, que exercem suas atividades na Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago (ARPES). Demonstrando, assim a atual realidade desses, quanto a sua forma de trabalho, seu conhecimento sobre Educação Ambiental e sua representatividade socioambiental.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Meados dos anos 1970, surgiram debates sobre as várias possibilidades de abordagens da Educação Ambiental, principalmente, sobre as questões sociais e ambientais no âmbito mundial. Com o intuito de promover informações através de uma reflexão crítica e prática referente a essa temática (REIGOTA, 2000). No Brasil, vinculou-se vários nomes e assuntos a propósito da Educação Ambiental e, atualmente, essas definições se multiplicaram em outras facetas que podem ser trabalhadas dentro de todas as áreas existentes na educação. De forma que não se pretende limitar a Educação Ambiental, apenas no substantivo e no adjetivo existente e, sim na sua abrangência global e holística (LAYRARGUES, 2004).

O Brasil é um país que tem efetuado um papel protagônico nesse debate, e abriga uma rica discussão sobre as especificidades da Educação na construção da sustentabilidade. Tem sido um país inclusive com grande fertilidade de ideias, por ter atribuído ou incorporado novos nomes para designar especificidades indenitárias desse fazer educativo (LAYRARGUES, 2004, p. 9).

Nesta perspectiva, podemos destacar a atuação dos novos estudiosos e agentes educadores ambientais, que constroem junto a comunidades maneiras mais eficientes de obterem lucro a partir de suas realidades. Desta forma, o emprego dos conhecimentos sobre a atual realidade vem a contribuir para que o ensino da Educação Ambiental seja contínuo e perpetuo ao longo tempo, e evoluindo de acordo com a comunidade atuante (SAUVÉ, 2004).

A Política Nacional de Educação Ambiental sob a Lei Nº 9.795/1999, prevê que as concepções humanitárias e de responsabilidade sobre o meio ambiente são fundamentais para o bem-estar de todos. Sendo o Brasil um dos países que possui a legislação mais abrangente e persistentes dentro da Educação Ambiental. Fundamentada em alguns princípios pertinentes para esse trabalho debater, sendo três deles aqui citados:

Art. 4º São princípios básicos da Educação Ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade (BRASIL, 1999).

Uma das questões a se tratar, também, é sobre as nossas imposições no meio ambiente, nossas ações, o que estou fazendo para contribuir para beneficiar o bem-estar da

natureza sem prejudicá-la? Há várias linhas de pesquisa e atuação como relata o autor Reigota (2000):

A temática ambiental brasileira é variada e complexa, assim não poderia ser diferente a forma de se trabalhar com ela na Educação Ambiental. Se analisarmos brevemente os vídeos, resumos, e relatórios de experiência, reportagens na televisão ou publicadas nos jornais mais conhecidos do país, as cartilhas, os livros, as teses, dissertações e monografias, enfim, os diversos documentos existentes poderemos confirmar essa diversidade conceitual e metodológica (REIGOTA, 2000; p.13-14).

Para Sauvé (2008), a Educa o Ambiental possui um trabalho onde específica e exemplifica as correntes que delimitam as questões sobre a mesma. A autora descreve 15 correntes referentes a Educa o Ambiental, algumas existentes desde 1970, todavia essas correntes são aprimoradas e contextualizadas conforme a evolu o dos trabalhos acerca da temática da Educa o Ambiental, estudadas nas mais diversas áreas do conhecimento.

No presente trabalho, as correntes temáticas sobre a Educa o Ambiental, em que vamos utilizar para a análise e dados e que caracteriza esta pesquisa são: a corrente humanista; a corrente conservacionista/recursista; corrente holística; corrente resolutiva; e a corrente feminista (SAUVÉ, 2008).

A corrente humanista busca entender o papel do homem no mundo e sua rela o com o meio ambiente, juntamente, com sua natureza e cultura, o “patrim nio humano”.

O ambiente não   somente apreendido como um conjunto de elementos biofísicos, que basta ser abordado com objetividade e rigor para ser melhor compreendido, para interagir melhor. Corresponde a um meio de vida, com suas dimensões históricas, culturais, políticas, econ micas, est ticas, etc. Não pode ser abordado sem se levar em conta sua significa o, seu valor simbólico. O “patrim nio” não   somente natural,   igualmente cultural: as constru es e os ordenamentos humanos são testemunhos da aliança entre a cria o humana e os materiais e as possibilidades da natureza (SAUVÉ, 2008, p. 25).

No que se refere a corrente conservacionista/recursista esta está relacionada para a preserva o e manuten o do meio ambiente por se tratar de um recurso de materiais finitos. Tanto que, as questões relacionadas com a coleta, sele o e reciclagem entram preferencialmente neste contexto, por exemplo, o uso dos “três R: Redu o, Reutiliza o e Reciclagem” (Figura 1) e trabalhos que abordam constantemente sobre a gestão ambiental (SAUVÉ, 2008)

**Figura 1** - Representação adaptada dos “três R: Redução, Reutilização e Reciclagem”.



Fonte: Flores, J. S. (2020).

Na proposta da corrente holística onde se remete ao “ser no mundo”, não apenas das problemáticas atuais, mas, também, das realidades socioambientais e das várias realidades enfrentadas pelas pessoas no meio ambiente e suas complexidades e globalidades.

Nesta corrente, o enfoque exclusivamente analítico e racional das realidades ambientais se encontra na origem de muitos problemas atuais. É preciso levar em conta não apenas o conjunto das múltiplas dimensões das realidades socioambientais como também das diversas dimensões da pessoa que entra em relação com estas realidades, da globalidade e da complexidade de seu “ser-no-mundo” (SAUVÉ, 2008, p. 27).

A corrente resolutiva seria criar uma maneira de levar as pessoas da comunidade a se interessarem sobre as problemáticas ambientais e “modificar seus comportamentos” e “criar projetos coletivos” (SAUVÉ, 2008).

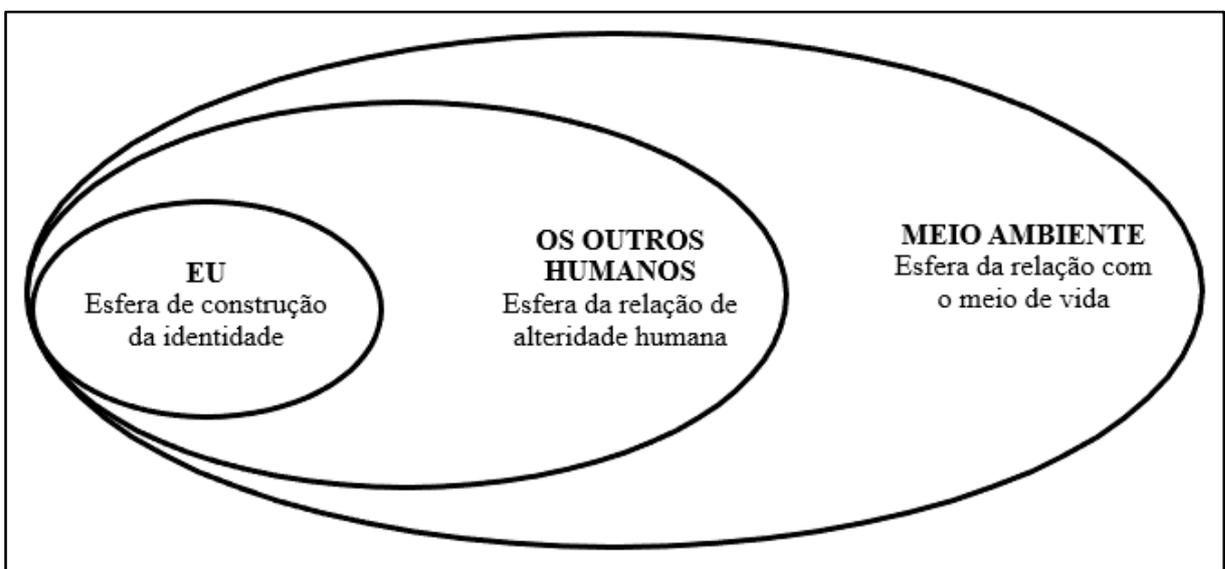
Trata-se de informar ou de levar as pessoas a se informar sobre problemáticas ambientais, assim como a desenvolver habilidades voltadas para resolvê-las. Como no caso da corrente conservacionista/recursista, à qual a corrente resolutiva está frequentemente associada, se encontra aqui um imperativo de ação: modificação de comportamentos ou de projetos coletivos (Ibid. p.21).

A corrente feminista trata historicamente da relação de domínio do homem sobre a natureza e sobre a mulher. A pesquisas seguintes buscam a equidade dessas relações e a sensação de pertencimento e afeto. Então, as pesquisas e estudos destacam a relação sensitiva com o meio ambiente, além da força feminina em trabalhos que abordam as questões sobre relação, apropriação e proteção do meio ambiente dentro da educação ambiental.

A corrente feminista se opõe, no entanto, ao predomínio do enfoque racional das problemáticas ambientais, tal como frequentemente se observa nas teorias e práticas da corrente de crítica social. Os enfoques intuitivo, afetivo, simbólico, espiritual ou artístico das realidades do meio ambiente são igualmente valorizados. No contexto de uma ética da responsabilidade, a ênfase está na entrega: cuidar do outro humano e o outro como humano, com uma atenção permanente e afetuosa (SAUVÉ, 2008, p.32).

A autora, também nos revela a posição do indivíduo no meio ambiente e de como suas ações agem dentro dessa relação explicado em três esferas (Figura 2), onde uma existe dentro da outra. O que o ser humano faz com o meio onde está influência indireta e diretamente com os demais seres vivos (SAUVÉ, 2004).

**Figura 2** - As três esferas das relações do desenvolvimento pessoal e social descritos por Sauvé em seus trabalhos sobre a interação do humano com o meio.



Fonte: Adaptada de SAUVÉ (2004).

Em que as três esferas (Figura 2) para encaixar a ação que a Educação Ambiental, dentro dos parâmetros educacionais, econômicos e sociais (SAUVÉ, 2004). Como ela relata neste trecho, a seguir:

A educação ambiental situa-se na terceira esfera, na estreita vinculação com as outras duas. Ela implica, em parte, uma educação ecológica que consiste em definir e ocupar de maneira adequada seu nicho ecológico humano no ecossistema global, e noutra parte, a educação econômica com a que se aprende a manejar nossas relações de produção, de distribuição, de consumo, de ordenamento (SAUVÉ, 2004, p. 5, traduzido).

Os conhecimentos e novos desafios que se integram à Educação Ambiental estão além dos estudos científicos, pois essa foca no ensinamento que aprendemos com a vida, dentro da realidade e dos sentidos que o mundo tem a nos oferecer através do saber ambiental (LEFF, 2009).

O saber ambiental reafirma o ser no tempo e o conhecer na história; estabelece-se em novas identidades e territórios de vida; reconhece o poder do saber e da vontade de poder como um querer saber. O saber ambiental faz renascer o pensamento utópico e a vontade de liberdade em uma nova racionalidade, na qual se fundem o rigor da razão e os excessos do desejo, a ética e o conhecimento, o pensamento racional e a sensualidade da vida (LEFF, 2009).

As correntes temáticas trazem a clareza que o saber ambiental busca, onde cada geração de pesquisa e estudiosos (as) contribuem com suas perspectivas e realidades na construção do conhecimento na busca de identidade. Assim como iremos ver no contexto da educação socioambiental e sua importância de compreender a vivência dos catadores e catadoras de materiais recicláveis.

## 2.2 CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL

Sob o olhar de Paulo Freire, diálogos compartilhados em suas obras como “Pedagogia do Oprimido” (1987), onde o ser se liberta da visão limitada imposta por uma minoria detentora do conhecimento. No Prefácio já temos uma fala na visão do Professor Ernani Maria Fiori nas seguintes palavras:

A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Uma cultura tecida com a trama da dominação, por mais generosa que sejam os propósitos de seus educadores, é barreira cerrada às possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas dos proletários e marginais. Ao contrário, uma nova pedagogia enraizada na vida dessas subculturas, a partir delas e com elas, será um contínuo retomar reflexivo de seus próprios caminhos de liberação; não será simples reflexo, senão reflexiva criação e recriação, um ir adiante nesses caminhos: “método”, “prática de liberdade”, que, por ser tal, está intrinsecamente incapacitado para o exercício da dominação. A pedagogia do oprimido é, pois, liberadora de ambos, do oprimido e do opressor (FREIRE, 1987).

Sendo assim, é necessário o debate inicial sobre determinados temas e culturas para que possamos entender qual caminho deve ser traçado. Encontrar os erros, os anseios, as possíveis metodologias e a construção do conhecimento para adequar-se à realidade de todos, e não de um determinado grupo social (FREIRE, 1987). O início dos debates sobre as questões socioambientais surge em meados dos anos 1990, quando o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (em inglês World Business Council for Sustainable Development; WBCSD), decidindo difundir a responsabilidade social.

O início dos anos 90 foi o momento do 'boom', devido principalmente à movimentação causada pela realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A partir daí houve um aumento considerável de teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de especialização, livros publicados por editoras de prestígio e textos nas revistas acadêmicas (REIGOTA, 2000).

Um grande influenciador para que estas questões fossem debatidas, tem viés da globalização onde sua grande contribuição para o acelerado e irresponsável uso dos recursos naturais para benefício da economia dos países desenvolvidos, que na maioria das vezes, utilizava-se de recursos intactos de países subdesenvolvidos, não dão valor às tentativas destes países desenvolverem atividades dentro da Educação Ambiental (REIGOTA, 2000).

Esse tipo de crítica e de representação do que somos perante o mundo, dito civilizado, não passa de resquícios de uma mentalidade neocolonizada e de um sentimento de inferioridade mal resolvido que, em vez de colaborarem para a construção de nossa identidade e especificidade no mundo, nos autodepreciam de forma nefasta com aparentes análises críticas baseadas nos modelos questionáveis dos chamados países desenvolvidos, modelos que poucas pessoas conhecem profundamente ou vivenciam concretamente (REIGOTA, 2000).

Surge dentro do desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social, que tinha como ideia melhorar a economia empresarial através da valorização e qualidade de vida de seus funcionários e transmitir para a sociedade uma visão positiva e preocupada com as condições ambientais. Após a reunião do 'Clube de Roma' em 1968, a conferência da ONU, em Estocolmo, em 1972, o relatório Brundtland, em 1987, e a conferência do Rio de Janeiro, em 1992, ficaram mais evidentes, e de senso comum, as necessidades e a urgência de se elaborar projetos políticos, sociais econômicos e culturais que possibilitem a preservação dos recursos naturais aliados à melhoria da qualidade de vida da população (LANGE; RATTO, 2000).

Eram poucos que acreditavam na mudança econômica por meio da valorização do indivíduo, ou acreditar que os recursos naturais são finitos. Desta questão, sabemos que quem se deixa dominar por uma realidade fantasiosa acaba dominado por aquele que detém o poder, ou no caso, o conhecimento. Mas aqueles que “saem do casulo” sabem o grande e difícil caminho que deve percorrer. De acordo com Freire (1987), nos dá compreender que apenas pela dialética, com dados reais podemos ter a capacidade de conhecer, ou querer fazer o ato conhecer. Assim, temos:

(...) o aspecto subjetivo toma corpo numa unidade dialética com a dimensão objetiva da própria ideia, isto é, com os conteúdos concretos da realidade sobre a qual exerce o ato consciente. Subjetividade e objetividade, desta forma, se encontram naquela unidade dialética de que resulta um conhecer solidário com o atuar e este com aquele. É exatamente esta unidade dialética a que gera um atuar e um pensar certos na e sobre a realidade para transformá-la (FREIRE, 1987).

Então, compreende-se que, conhecer nos faz querer aprender, entender, vivenciar e esclarecer tudo que está em nosso redor. Todas as questões que podemos explicar cientificamente e as que não podemos, como os fenômenos naturais, nossa relação com o meio ambiente, o que os homens criaram, estudos científicos e teóricos, nossa religião e crenças, nossa realidade. Conhecer significa dar sentido ao mundo para vivermos mais adaptados e mais confortavelmente nele (LAZZARIN, 2017, p. 26).

De acordo com Reigota (1997) e Rodrigues (2007), “sociedade sustentável” pode ser definida como uma meta a ser alcançada diagnosticada em nosso contexto acadêmico. Assim,

a utopia da sociedade sustentável é uma perspectiva política presente na produção acadêmica da Educação Ambiental e uma das suas definições possíveis é aquela ‘que vive e se desenvolve integrada à natureza, considerando-a um bem comum. Respeita a diversidade biológica e sociocultural da vida. Está centrada no pleno exercício responsável e consequente da cidadania, com a distribuição equitativa da riqueza que gera. Não utiliza mais do que pode ser renovado e favorece condições dignas de vida para as gerações atuais e futuras (REIGOTA, 1997; RODRIGUES, 2007).

No cotidiano urbano percebemos bruscamente essa falta de empatia, com as clássicas metáforas que dão vida ao preconceito, muito por falta de esclarecimento. Sendo responsável pela falta de respeito diante das diversas culturas, costumes e experiências, sejam elas ligadas diretamente ou indiretamente ao trabalho, a escola, a família e a rua. E, muitos desses conceitos existem por se tratar do senso comum, que pode ser uma opinião coletiva, um conhecimento compartilhado, são afirmações que não possui uma base de reflexão do que de fato são, gerando os estereótipos

(...) conhecimento produz uma visão de mundo correspondente. Como tal, não consegue apreender a complexidade da realidade, mas apenas parte dela. É como se, para apreender e compreender o que nos cerca, tivéssemos ao nosso dispor diferentes tipos de “lentes”. Por isso, é muito importante contextualizarmos o que estudamos ou investigamos, bem como saber quem produziu e em que condições o conhecimento foi produzido (LAZZARIN, 2017, p. 12).

Quando o indivíduo não quer fazer parte de uma realidade, ou de compreendê-la para aprimorá-la temos o seguinte caso descrito por Freire (1987) “quando a faz opta por não acreditar, ou busca não conhecer. O ser humano é desafiado em confrontar sua realidade, de se conhecer a si mesmos como problema. E, se deparam com a questão de não entenderem sobre si, e sua real função no universo, e por isso buscam pela sua existência”. Ainda que essa falta de entendimento, muitas das vezes o faz conhecer por conta do instinto, no interesse em saber. Causado principalmente por essa falta de resposta, que gera novas perguntas e novas complexidades (FREIRE, 1987).

Somos seres coletivos e aprendemos a nos relacionar com o meio do qual pertencemos, caracterizando os prós e contras em cada grupo social de acordo com as perspectivas e entendimentos ao qual estão limitados. Deste fato, percebemos as ações que podem ser prejudiciais ou não para a sociedade no geral (FREIRE, 1987). O ser humano tem que ter o sentido de pertencimento onde quer que atue, saber seu valor e suas responsabilidades. “Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a ‘outredade’ do ‘não eu’, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (FREIRE, 1987). Por isso, esse trabalho quer enfatizar a ação socioambiental cidadã que os catadores e separados de recicláveis fazem para o bem de nossa sociedade.

Essas pessoas são responsáveis por participarem não apenas do retorno econômico para uma empresa, mas é um retorno para todos nós que de alguma forma interferimos no meio ambiente não-natural e natural, como o descarte desses materiais, o lixo. Para que as práticas dentro da educação ambiental sejam consistentes é preciso que seja compreendido e estudado a complexidade ambiental. Aqui, pode ser trabalhado questões pedagógicas, interdisciplinares, as identidades que os conhecimentos podem adotar sobre o mundo (LEFF, 2015; PEREIRA, 2015).

Para Pereira e Pereira (2015), a importância que é saber a complexidades do mundo e como aplicar de maneira interdisciplinar com outras identidades formadoras:

Trata-se da articulação do real complexo e do pensamento complexo, negando as certezas insustentáveis para a construção de novos sentidos de ser, além de sua condição existencial genérica. Para isso, a interdisciplinaridade pode ser entendida

por uma metodologia em torno de estratégias que procuram unir diferentes disciplinas para tratar de um problema comum (PEREIRA, 2015, p. 197).

Nesta obra, as autoras revelam como a paisagem influência na cultura dos indivíduos, usando como exemplo os desastres ambientais. Eles exercem uma complexidade de conhecimento necessário para que sejam evitados, controlados e solucionados. Mas, muitas das vezes as questões que envolvem a política e a economia não levam em consideração todo o envolvimento interdisciplinar que deve ser ter sobre essas grandes alterações nas paisagens e o que isso causa numa comunidade inteira, por exemplo. Por isso, a importância de agir como ser cidadão e exigir que a nossa crítica social seja ouvida e solucionada (PEREIRA, 2015).

O ambiental, por meio de desastres, questiona os paradigmas estabelecidos pelo sistema social, na tentativa de resolver a crise imposta pela sua própria força natural ou provocada pelo homem, em meio à desordem e incerteza de cada área do conhecimento científico (PEREIRA, 2015, p. 197).

As consequências que o alto consumo de produtos industrializados são um desastre ambiental. Pois empresas e setores são responsáveis pela grande demanda do uso dos recursos naturais para suprir a necessidade econômica de determinadas multinacionais.

Com isso, na mesma velocidade com a qual a tecnologia se apresenta, também o fazem suas consequências. Isso contradiz a ideia de controle, tendo em vista irradiar problemas globais. Além disso, traz expressões como irresponsabilidade organizada, na medida em que os responsáveis pela regulação de uma estrutura não querem se responsabilizar pelo resultado, ou um cientista que prevê determinados cálculos para um evento, mas se falhar não quer ser responsabilizado. Para ele, a sociedade acaba se tornando um lugar sem os responsáveis pelas consequências advindas de suas decisões. (BECK, 2002, p. 30).

Reigota (2000) nos relata que precisamos ter claro que a Educação Ambiental representa ao mesmo tempo uma crítica e uma alternativa aos processos pedagógicos conservadores. Mas, a sua crítica/alternativa não se limitam ao espaço educativo. Assim, este trabalho se encaixa na corrente socioambiental e prática não-formal. As principais atividades geradas dentro da questão socioambiental, aplicadas dentro de empresas e escolas para exercer o desenvolvimento sustentável são: inclusão social, inclusão digital, coleta seletiva, Educação Ambiental, entre outros, sendo contextualizada como às formas de se fazer política, ciência e arte, sem esquecer ainda que ela pretende influir no cotidiano, propondo relações sociais e afetivas baseadas na ética, na justiça e na sustentabilidade.

Não podemos pensar que essas práticas ambientais estão longe de nossa realidade, ou que as dificuldades podem superar os contextos. Tudo depende do querer, do poder e fazer.

Já que, no âmbito político, como veremos mais adiante, temos todos os respaldos para colocar em ação.

Pensar em uma mudança radical da sociedade, tendo como base uma perspectiva ecológica, é uma utopia que não deve ser entendida como ingênua ou impossível, mas como um conjunto de ideias que tendem a gerar atividades visando a mudanças no sistema prevalecente (REIGOTA, 2010, p. 22).

No entanto, algumas questões fazem com que as pessoas se tornem cada dia individualistas e limitam as suas percepções ambientais. Principalmente, com a sua atitude cidadãs junto de outros indivíduos, em outras culturas, já que os direitos individuais muitas vezes são deixados de lado para que o direito coletivo sobreponha e algumas pessoas não aceitam totalmente esse risco (REIGOTA, 2010). Onde “fica implícito que o cidadão atua, exige e constrói os seus direitos individuais e coletivos, a partir do exercício da cidadania, não privilegiando os seus interesses individuais” (REIGOTA, 2010, p.25).

A luta constante pelos direitos e deveres constrói o ser cidadão. A procura pela democracia e pelo direito coletivo deve ser construído no dia a dia permitimos ser parte de algo maior onde o fortalecimento e valorização do indivíduo formam uma sociedade sadia e participativa. A conquista dessas ações é percebida no cumprimento e fiscalização das políticas públicas direcionadas para as minorias, como os profissionais que trabalham com a coleta, separação e reciclagem.

### 2.3 CONTEXTO GERAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RESÍDUO SÓLIDOS

A diferença de política pública da “política governamental”, é que a política também é praticada pela sociedade civil, não apenas pelo governo. Então a política pública é condição exclusiva do governo, desde a sua formulação, deliberação, implementação e monitoramento.

Segundo Souza (2003), políticas públicas podem ser definidas como:

(...) campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (MOREIRA, 2018, p. 16)

As preocupações urgentes, inicia-se grandes campanhas mundiais como: “Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS; Figura 3)”, realizada pela Assembleia

Geral das Nações Unidas<sup>6</sup>, uma de seus últimos tratados é de 2015 que abriu a agenda com metas até 2030. Nesse dossiê consta “Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas em escala e a ambição da nova Agenda Universal”, com a necessidade urgente de implementar de políticas públicas voltadas para a manutenção e resolução das problemáticas causadas pela diversidade econômica e social no mundo, principalmente na questão da desigualdade econômicas entre os países (ONU, 2015).

Essas conquistas surgem com a implantação de políticas públicas que envolvem as metas e o trabalho de exercício dos agentes públicos, privados e a sociedade civil (ONU, 2015). São essas ações que possibilitaram novas oportunidade para um desenvolvimento sustentável mais próximo da nossa realidade. Não estão preocupados apenas com as questões econômicas e ambientais, mas pela questão de oferecer uma oportunidade à essas pessoas poderem oferecer uma qualidade de vida para suas famílias, e aí, entra o papel das políticas públicas.

**Figura 3** - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável construído durante a Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 2015.



Fonte: ONU, 2015.

Com a visão dos “Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015), para esta pesquisa podemos destacar 5 objetivos (Tabela 1) em que ela se encaixa, são eles:

<sup>6</sup> Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável tem como desafio erradicar a pobreza e a penúria no mundo, também curar e proteger o nosso planeta sendo um dos requisitos fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Metas estabelecidas no ano de 2015 pela ONU com metas a serem alcançadas até 2030.

Tabela 1 – Objetivos que se enquadram a pesquisa.

<b>Objetivo 3</b>	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e em todas as idades;
<b>Objetivo 5</b>	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
<b>Objetivo 8</b>	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo com trabalho decente para todos;
<b>Objetivo 10</b>	Reduzir a desigualdade dentro dos países (desenvolvidos e em desenvolvimento);
<b>Objetivo 16</b>	Promover uma sociedade pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável”

Fonte: ONU (2015).

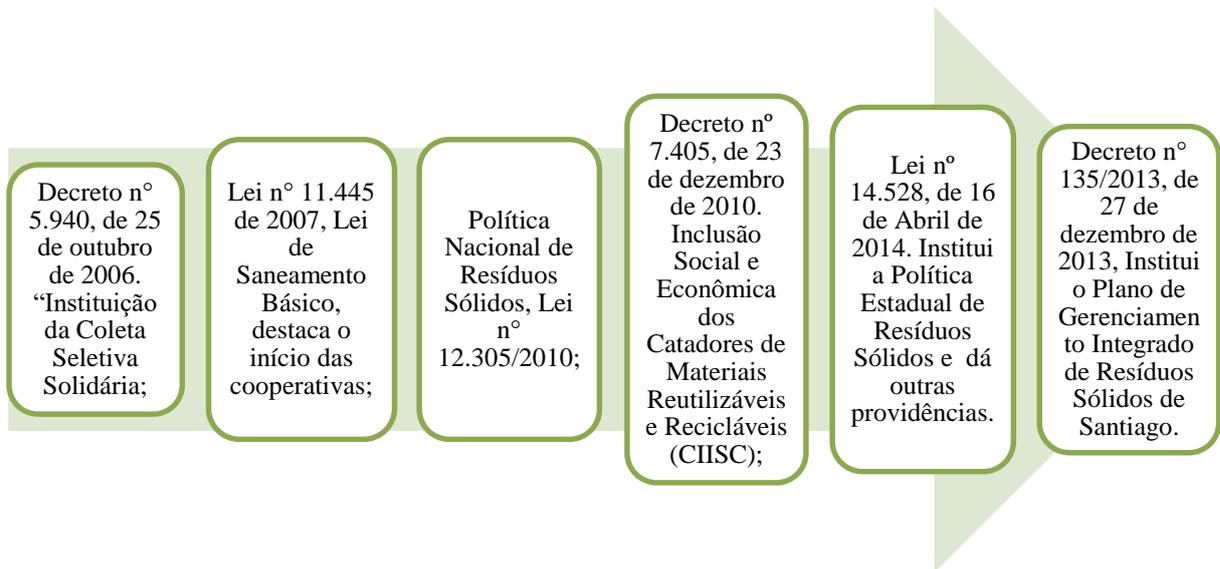
Aos futuros agentes educadores ambientais tenham cada dia mais empenho e disposição para que essa referência não se perca ao longo do tempo. O compromisso com as futuras gerações começa quando saímos do individualismo e partimos para a prática. Esse é o grande “Desafio Ambiental” que é a transformação cultural e social dos atuais comportamentos de consumo, essa mudança pode construir uma nova visão de mundo de respeito entre seres humanos e meio ambiente (MORAES, 2000).

Nas palavras de Moraes (2000), “A tentativa de simplificar o mundo para melhor entendê-lo tem resultado na fragmentação do conhecimento que tem sido utilizado pelos seres humanos como fundamento na gestão das suas relações com o mundo”. Essa organização de ideias e sentidos gerados pela fragmentação coloca a relação da humanidade em um plano diferente da natureza, como se não fossemos parte uma estrutura só, uma estrutura complexa.

Por isso é importante que a pesquisa verifique se eles têm conhecimento sobre as políticas públicas. Caso tenham conhecimento sobre elas, verificar se elas estão exercendo seu papel efetiva mente, se as leis municipais que amparam suas atividades e suas necessidades de seres cidadãos estão sendo cumpridas e fiscalizadas. Afinal, é de suma importância que essa relação tenha laços fortes e comprometimento de ambos os lados.

Para entrarmos no debate das políticas públicas (Figura 4) possui um resumo das leis que vamos tratar a seguir que estão relacionadas a atividade profissional dos catadores e da educação ambiental.

**Figura 4** - Cronologia das leis que envolvem a atuação dos catadores no município de Santiago-RS.



Fonte: Flores, J. S. (2020).

Sobre as questões de políticas públicas remete-se no contexto geral, o comprometimento e divisão de responsabilidades no âmbito federal, estadual e municipal são tão essenciais para a manutenção da legislação de acordo com a necessidade da sociedade e que se relacionam.

As discussões mundiais sobre o meio ambiente foram precursoras da inserção das questões ambientais nas políticas públicas no Brasil. A criação e posterior aprimoramento do aparato legal-institucional que viabilizou a política ambiental nacional, resultou em um sistema com características descentralizadas, que responsabiliza União, Estados e Municípios pela gestão ambiental (RODRIGUES et. al., 2012, p. 96).

As questões relevantes dentro da Lei n.º 12.305/2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil, do qual esse trabalho convém tratar, tem o foco sobre as pessoas que desempenham suas atividades com o tratamento dos resíduos (domésticos, industriais e comerciais) e os parâmetros de norteiam essa atividade, que talvez sejam do conhecimento deles e que se encontra na legislação municipal (BRASIL, 2010).

A PNRS tem como finalidade valorizar a iniciativa de criação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, já que eles necessitam ser valorizados e compreendidos pela comunidade. Em relação às políticas públicas e de incentivo econômico para que sua atuação seja ainda mais eficaz, juntamente com a coleta seletiva municipal, monitoramento e fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária (BRASIL, 2010).

Como os incisos V e XII dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), temos:

V- coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

XII- logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010).

Historicamente, o Brasil possui grandes ferramentas para exercer a participação na tomada de decisões a respeito de como construir, executar e avaliar os mecanismos utilizados pelas gestões responsáveis pelo desenvolvimento do meio ambiente, em prol deste (RODRIGUES, (ano); MILANI, 2012). Mas, será que os cidadãos de nosso país são atuantes em prol do meio ambiente e conscientes sobre esta responsabilidade, de sua participação na tomada de decisões através dos representantes políticos?

Nos trabalhos de Milani (2006) e Rodrigues (2012), destaca:

(...) considerando o caráter difuso e coletivo das questões ambientais, a participação popular é um dos instrumentos intrínsecos à execução da gestão ambiental; no Brasil, os conselhos são as aberturas políticas institucionalizadas para que haja a participação da sociedade nos processos de decisão por meio de representação.

O reconhecimento da função pública dos catadores e catadoras é necessário existir no contexto das criações das políticas públicas, principalmente no âmbito municipal. Pois, é através desta iniciativa que podem surgir outros meios de valorizar a atividade socioambiental que eles realizam para a comunidade (RECH, 2008).

Cabe monitorar o assunto para se ver isso. Por outro lado, há outro aspecto que me interessa aprofundar, a par da mobilização social no reconhecimento da função pública dos catadores e das catadoras. Trata-se da responsabilidade das prefeituras em relação à categoria no que se refere à inserção da função social dos contratos na coleta e destinação de produtos aproveitáveis nas cidades (RECH, 2008, p. 268-269).

Após anos de lutas, podemos hoje dizer que os catadores de materiais recicláveis são os principais atuantes a favor do meio ambiente e da economia reversa. Além de exercerem uma profissão, terem seus direitos garantidos, ou assim se espera, atuam como agentes da cidadania. Com a criação da “Coleta Seletiva Solidária” conquistaram a visibilidade e o respeito pela sua atividade e representatividade no contexto nacional.

Esses instrumentos legais representam um avanço histórico em termos do reconhecimento material e simbólico do direito ao trabalho aos catadores de recicláveis, à medida que as diretrizes estabelecidas nesses oferecem os elementos legais necessários que podem dar anteparo às legislações estaduais e municipais específicas de incorporação de catadores em projetos de coleta seletiva, podendo, então, oportunizar o alavancar de um processo de redefinição das desigualdades, sejam redistributivas, sejam de reconhecimento desses grupos (DIAS; MATOS, 2008, p. 253).

Estes avanços aconteceram para ambos os lados beneficiados, o lado governamental e o dos catadores de materiais recicláveis. Que antes, considerados marginalizados pela sociedade, hoje atuam como grandes agentes da cidadania em prol do meio ambiente, além de garantirem um trabalho digno para seu sustento (DIAS; MATOS, 2008).

(...) temos o processo 'socioorganizativo' desse segmento social, tradicionalmente avesso à organização – os catadores de papel, trabalhadores de rua do setor de reciclagem, cuja trajetória de vida da maior parte de seus integrantes remetia-se ao viver na rua. De outro, temos todo o processo de surgimento, no Brasil, de novas formas de participação política que buscam ressignificar a participação política para além do direito de votar e de ser votado, numa expressa manifestação da necessidade da elaboração e (re)construção de espaços participativos (DIAS; MATOS, 2008, p. 254).

Dentro destas políticas públicas é necessário levar em consideração as expectativas e necessidades que estes catadores possuem no dia a dia de sua atividade. Não apenas a questão de permitir sua atividade de maneira legal, mas de terem seu respaldo legal para que exerçam de maneira segura e comprometida. Por isso, compreender que estas políticas funcionem de maneira igualitária, não beneficiando apenas os empresários e empresas que compram seu serviço (DIAS; MATOS, 2008).

No Brasil, a inexistência de uma legislação de caráter mais abrangente que regulamente as questões conexas ao saneamento ambiental, de maneira geral, ou à gestão e manejo de resíduos sólidos, em particular, adicionam complexidade ainda maior ao quadro. É fato que a regulação federal no campo dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos nunca foi expressiva (Id., 2008, p. 252).

Inicialmente, foi no ano de 2002 o reconhecimento através do “Código Brasileiro de Ocupações - CBO” (Quadro 1), a Categoria dos profissionais de Catador de Material Reciclável, como apresenta-se a seguir.

**Quadro 1** - Organização das determinações do Código Brasileiro de Ocupações, onde consta a codificação até a seção sobre catadores de materiais recicláveis e sua denominação. Adaptado.

<p>Código Brasileiro de Ocupações – CBO 5192-05</p> <p>CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL: Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais.</p> <p>[5] – Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados;  [51] – Trabalhadores dos Serviços;  [519] – Outros Trabalhadores de Serviços Diversos;  [5192] – Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável;  [519205] – Catador de material reciclável.</p>
--

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações – CBO

As autoras ainda destacam um importante avanço na cidadania dos catadores de materiais recicláveis, pois deixaram de considerados estranhos e ganharam seu reconhecimento pelo trabalho exercido conquistado no ano de 2002, junto da luta da categoria da profissão classificada “como catadores de resíduos susceptíveis de serem reciclados” (DIAS; MATOS, 2008; p. 253).

Após esta autonomia, continuaram unidos formando o “Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)” meados do ano de 1999, durante o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Em junho de 2001 foi fundado o 1º Congresso Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis em Brasília, sendo criada a “Carta de Brasília”, onde expressa as necessidades dos atuais catadores do Brasil (MNCR, 2019).

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis. (MNCR, 2019).

Com suas forças e vozes participaram do “Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo”, realizada pelo Decreto nº 7.405/2010 (MNCR, 2019). Sendo que nos últimos anos, diversos programas federais repassaram alguns investimentos para o setor de resíduos sólidos, principalmente para programas de capacitação de catadores (DIAS; MATOS, 2008).

No ano de 2006, cria-se o Decreto n° 5.940 “Instituição da Coleta Seletiva Solidária”, onde permite que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta destinem para reciclagem os materiais descartados por estas instituições, para a destinação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, do qual se interessarem pelos materiais. Para que isso ocorra, essas cooperativas e associações deverão seguir o Art. 3° de Decreto, onde destaca que:

- I- estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;
- II- não possuam fins lucrativos;
- III- possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e
- IV- apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

Parágrafo único. A comprovação dos incisos I e II será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social e dos incisos III e IV, por meio de declaração das respectivas associações e cooperativas (BRASIL, 2006).

Na Lei n.º 11.445/2007, Lei de Saneamento Básico, destaca o início das cooperativas, oferecendo a permissão da contratação de Cooperativas e Associações de Catadores ao poder público municipal, sem necessidade de licitação, para auxiliar na coleta de resíduos sólidos nos municípios. Também se encontra no Art. 6º que: “O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.” Sendo a responsabilidade dos órgãos competentes o seu tratamento e destinação final (BRASIL, 2007).

Dando seguimento, surge a atual Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n.º 12.305/2010, que tem como objetivo ampliar e consolidar a gestão integrada de resíduos sólidos, unindo as instituições governamentais com os catadores de materiais sólidos, além de envolvê-los na responsabilidade social sobre a vida útil dos materiais a serem reciclados (BRASIL, 2010). Ainda dentro da Lei Nacional, destaca-se o papel de cada Estado organizar e direcionar os seus materiais recicláveis, como também, dar iniciativa e apoio para que os municípios possam agir de acordo com seu interesse.

Como sugere a lei: “Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do caput deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios” (BRASIL, 2010). E, ainda, como descreve o Art. 16 da Lei 12.305/2010, tem apoio da União, como previsto em Lei, solicitar recursos destinados aos serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, “ou para serem beneficiados por

incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade” (BRASIL, 2010).

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), possui um documento com o plano organizacional mais recente sobre o tratamento de resíduos sólidos no estado do Rio Grande do Sul declara no ano de 2015, tendo regência até o ano de 2034.

Cada Estado da União deve elaborar o seu PERS para definir os programas, projetos e ações para o atendimento das metas estabelecidas de acordo com o cenário de referência. Para cada ação devem ser definidas as responsabilidades e estimado o montante dos investimentos necessários à sua implementação (PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 2015).

Na Figura 5, PERS (2015), percebemos a colaboração que as entidades governamentais possuem para realizar a estruturação das Políticas Públicas. É por meio destes documentos que os municípios devem consolidar e unir suas leis para auxiliar no trabalho das associações de catadores.

**Figura 5** - Imagem destaca como estão interligadas as políticas públicas das principais ferramentas para a construção da PNRS. Figura adaptada da cartilha da PERS, 2015.



Fonte: PERS-RS de 2015-2034.

No âmbito municipal é necessário a criação de um conselho que tenha a responsabilidade de atender aos setores ligados à Gestão Ambiental, juntamente com a comunidade, como destaca o autor (RODRIGUES et al., 2012):

Nos municípios, a implantação de um sistema municipal de meio ambiente (SISMUMA) provê o arranjo institucional e administrativo responsável pela gestão ambiental. Conforme o Plano Nacional de Capacitação para Gestores Ambientais o SISMUMA deve dispor de vários instrumentos que se integram e se articulam para subsidiar o sistema de gestão ambiental, a saber: educação ambiental, geração de informações, participação popular, legislação local, execução de projetos, fiscalização, monitoramento da qualidade ambiental e recursos financeiros (IBAMA, 2006; RODRIGUES 2012, p.98).

Após apresentar um pouco do estudo das Leis Nacional e Estadual. Para continuar é necessário conhecer sobre o município em que a pesquisa foi realizada, sua relação com as políticas públicas referente ao trabalho da coleta seletiva, sua atuação na comunidade de catadores e catadoras de materiais recicláveis, principalmente para analisarmos dentro da atividade que a Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago (ARPES) exercita.

### 2.3.1 No município de Santiago, RS

O município de Santiago, RS foi fundada em 5 de janeiro de 1884, possui 136 anos de história. Faz parte do território missioneiro, possui aproximadamente 49.425 habitantes, como indica dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizados no ano de 2019, como apresenta outros dados na Tabela 2:

**Tabela 2 - Dados encontrados sobre o município de Santiago, RS.**

<b>TERRITÓRIO E AMBIENTE</b>	
Área da unidade territorial (2019)	<b>2.414,195 km<sup>2</sup></b>
Esgotamento sanitário adequado (2010)	<b>73,2%</b>
Arborização de vias públicas (2010)	<b>85,4%</b>
Urbanização de vias públicas (2010)	<b>41,4%</b>
Bioma (2019)	<b>Mata Atlântica; Pampa.</b>
Sistema Costeiro-Marinho (2019)	<b>Não pertence.</b>

Fonte: IBGE, 2019.

A origem do nome se dá pelo Santo Católico:

A origem de nossa cidade é irrefutavelmente jesuítica, e o nome foi dado em homenagem ao Santo Católico. Os jesuítas edificaram trinta e três Reduções em nosso território, e vinte e uma Capelas, sendo que a Capela de número quinze, conforme Hemetério Velloso à página 14 de seu livro “As Missões Orientais e Seus Antigos Domínios”, chamava-se “CAPELA DE SÃO THIAGO”, no local do Distrito de São Xavier. (PGIRS, 2013, p.30)

Um pouco da história de Santiago consta que pertencia a colônia de Portugal e da Espanha, consolidadas por meio dos tratados após as lutas diplomáticas entre os países. Foi também campo de cultivo dos jesuítas durante suas migrações, produzindo trigo, algodão e plantações para o consumo da população. Atualmente o município possui grande cultivo de grãos como a soja, e a produção da pecuária (PGIRS, 2013).

Para conhecimento de dados no presente trabalho, apresenta-se na Tabela 3 dados encontrados no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (2013, p. 46), onde também apresenta dados sobre as tipologias de materiais que são reciclados.

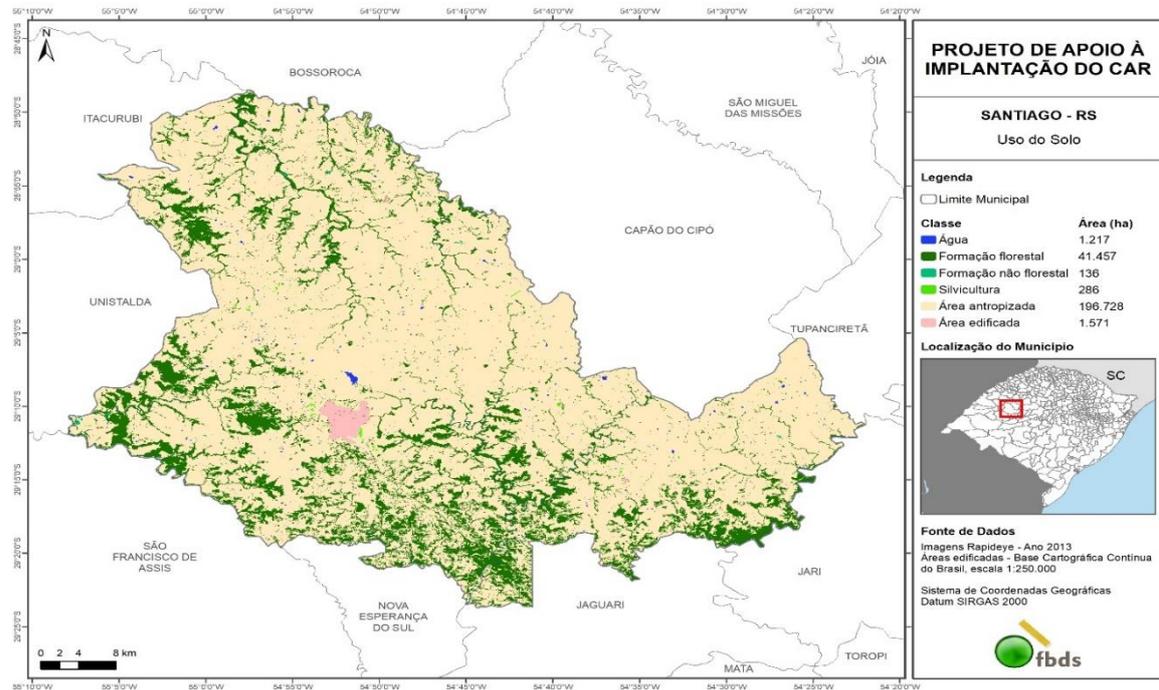
Tabela 3 - Dados encontrados sobre a quantidade (t/dia) estimados de resíduos gerados no município de Santiago, RS (PGIRS, 2013).

<b>QUANTIDADE DE RESÍDUOS COLETADOS</b>	<b>(t/dia)</b>
Resíduos Residenciais e Comerciais	25,9
Resíduos Hospitalares	0,07
Entulho	3,7
<b>TOTAL</b>	<b>29,67</b>

Fonte: Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (2013).

Na Figura 6, apresenta as características do território, dados encontrados na página da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS, 2018) dados adicionados no ano de 2018 e fotos coletadas no ano de 2013 como consta na página.

**Figura 6** – Mapa de caracterização do município de Santiago, RS publicado<sup>7</sup> pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS).



Fonte: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (2018).

Na classificação dos rejeitos domésticos consta informações sobre como é realizado a pesagem deste material e o que é considerado passível de reciclagem e o que é considerado sem valor para reciclagem, como: fraldas descartáveis, matéria orgânica (alimento, resíduos de jardinagem e poda), resíduos de banheiro, copos de plástico, borracha, etc (PGIRS, 20013).

Para contabilizar a contagem de resíduo produzida pela população no município é contabilizado “*per capita*”, onde o total coletado dos resíduos urbanos gerados diariamente ao total de moradores de determinada região. Não é considerado os resíduos coletados pelos catadores autônomos. Esse cálculo é baseado nos dados do IBGE no ano de 2012, construindo uma tabela com uma estimativa de resíduos coletados de acordo com o aumento populacional. Se o crescimento populacional for de 48.906 habitantes, estima-se que a quantidade de resíduos domésticos será de 580.780Kg/mês, também 20.026,90 kg/dia sendo o total por habitante 0,41 kg/hab./dia. Esses dados consideram que a população não irá

<sup>7</sup> Figura registrada no ano de 2013 e publicada no ano de 2018 pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://geo.fbds.org.br/RS/SANTIAGO/MAPAS/>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

crescer e gerar tanto resíduo e também que a população participa na separação de materiais para a reciclagem (PGIRS, 2013).

Encontra-se no Decreto n.º 135/2013 do município de Santiago, RS, declarações que Institui o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Santiago, dentro das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município.

As questões que estão presentes no decreto municipal e que nos interessa tratar neste trabalho, são:

- **CONSIDERANDO** que é atribuição do Município prover, manter e qualificar o sistema de limpeza urbana e a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados dentro do território municipal;
- **CONSIDERANDO** a necessidade de integração entre a fiscalização, educação ambiental e demais serviços prestados nos diferentes aspectos da gestão de resíduos sólidos atribuídos às Secretarias Municipais (SANTIAGO, 2013)

Outra questão que trata o Decreto, sendo de fundamental importância, é a integração entre a Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Rio Grande do Sul, para que se tenha uma ação conjunta e que todos os incentivos sejam eficientes, como destaca-se a seguir:

- Art. 2º- O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Santiago, como instrumento da gestão municipal de resíduos sólidos no Município apresentará caráter de reconstrução continuada e adaptação permanente, devendo harmonizar-se com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e com o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado Rio Grande do Sul (SANTIAGO, 2013).

O município ainda dá destaque para que a população participe das decisões a serem tomadas dentro do Decreto municipal, de acordo com a necessidade da população. Se assim for de interesse da comunidade, e de conhecimento dela. Como consta no Art. 4º, “Fica, para fins das revisões do o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Santiago, assegurada a participação popular”.

No Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) – Santiago, RS, conta com a participação da comunidade, tanto no momento de definir as metas que o plano pretende cumprir, quanto posteriormente, exigindo dos órgãos públicos medidas a serem tomadas e na responsabilidade individual em suas residências (PGIRS, 2013).

Para isso, uma das questões a ser planejada de forma integrada com a sociedade civil é o gerenciamento dos resíduos sólidos, através de uma gestão participativa e

que atenda as especificidades locais, onde a administração pública assume o papel orientador e provocador do diálogo, debatendo, incorporando contribuições, validando momentos-chaves para assim estabelecer políticas abrangentes na coleta e destino final do lixo (PGIRS, 2013, p.13).

Durante a leitura do PGIRS (2013), encontra-se várias menções sobre ser trabalhado a Educação Ambiental com a comunidade, como esse trecho pertencente aos objetivos específicos:

- Valorizar a Educação Ambiental como ação prioritária na otimização dos resíduos sólidos gerados por habitante;
- Desenvolver programas de Educação Ambiental que permitam a participação da comunidade, visando ampliar a consciência do cidadão em relação aos próprios hábitos de consumo (PGIRS, 2013, p.15).

Quanto a relação com os catadores de materiais recicláveis, encontra-se as seguintes colocações:

- Incluir e valorizar os catadores no processo de coleta seletiva;
- Estabelecer novas parcerias e ampliar as existentes, tanto na coleta, separação, reutilização e disposição final;
- Reduzir o volume dos resíduos sólidos urbanos destinados no aterro sanitário;
- Promover práticas recomendadas para a saúde pública e o saneamento ambiental;
- Implementar o sistema de logística reversa;
- Licenciar, fiscalizar e monitorar a destinação adequada dos resíduos sólidos, de acordo com as competências legais (PGIRS, 2013, p. 16).

Essas questões estão presentes aos objetivos específicos do qual o município se compromete a realizar durante a aplicação do PGIRS. Será que esses objetivos estão sendo empregados atualmente no município? E a comunidade tem conhecimento destas metas e participa da realização delas? Estas respostas têm sua resposta.

O município contribui na divulgação sobre os dias de coletas seletivas, que pode ser encontrada no site da prefeitura municipal de Santiago, também divulgação nas emissoras de rádios no município. A Tabela 4 que destaca algumas informações sobre as coletas seletivas exercidas pela ARPES.

Tabela 4 - Dados informacionais sobre os dias de coleta seletiva nos bairros do município de Santiago, RS realizados pela Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago.

<b>Atuais rotas da Coleta Seletiva da ARPES</b>	
<b>Dia/Semana</b>	<b>Bairros/Santiago-RS</b>
Segunda-feira	São Jorge e Centro.

Terça-feira  
Quarta-feira  
Quinta-feira  
Sexta-feira  
Sábado

Céu Aberto, Riachuelo e Lulu Genro  
Monsenhor e Centro  
Gaspar Dutra e Centro  
Centro, lojas e supermercados  
Centro

---

Fonte: Prefeitura Municipal de Santiago/RS

#### 2.4 ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL EM SANTIAGO-RS

A Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago (ARPES) começou a existir após uma catadora com interesse em organizar e validar o recolhimento de seus materiais para a reciclagem, tem sua data de fundação em 02 de agosto de 2004, com auxílio da União Santiaguense de Proteção ao Meio Ambiente (USPAM) em meados de 2004 e da URI (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus Santiago) em Santiago.

As funções dadas para a associação foram de recolher materiais recicláveis e proporcionar a oportunidade de emprego e uma fonte de renda para os catadores, além de “de contribuir com a limpeza da cidade e recuperação e preservação do meio ambiente” (PGIRS, 2013). Segundo o PGIRS informa que através da união de todos os catadores é gerada a renda da associação.

A renda gerada com o recolhimento dos resíduos é dividida entre todos os membros, excluindo-se os custos de formação, estrutura e manutenção, sem buscar a finalidade do lucro para a associação, onde cada associado arrecada, por mês, em média de R\$ 300,00 (PGIRS,2013)

Quando realizada a visita e entrevista foi observado muitos catadores e catadoras trabalhando na separação, preparação dos fardos e organização dos materiais recicláveis. No PGIRS do ano de 2013 tem a informação de ter em média 15 catadores. A sede da ARPES está localizada no Distrito Industrial de Santiago. A sua área é cedida pela prefeitura, o galpão possui aproximadamente 700 m<sup>2</sup> com estrutura para uma secretaria, cozinha e sanitários, além das ferramentas e máquinas doadas pela prefeitura como prensas, balança e esteiras para o preparo do material para a venda.

A URI/Santiago ajudou na construção das estruturas do galpão, segundo D. Tereza, catadora responsável pela ARPES, o curso de Arquitetura da universidade construiu as paredes com tijolos feitos com garrafas de pet (Polietileno tereftalato).

### 3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS E TÉCNICOS

Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é apresentar as concepções ambientais, o papel da representação socioambiental e a valorização dos catadores e catadoras atuantes no município de Santiago, RS, que exercem suas atividades na Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago (ARPES). Demonstrando, assim a atual realidade desses, quanto a sua forma de trabalho, seu conhecimento sobre Educação Ambiental e sua representatividade socioambiental.

É preciso definir qual a questão principal que envolve a pesquisa, qual o problema que se deseja apreender e dar detalhes sobre o que descobrir para propor um debate preciso e com objetividade. (MARCONI; LAKATOS, 2003)

O trabalho almeja alcançar o entendimento e conscientização da comunidade em geral, a necessidade e contribuição cidadã que os atuais catadores de materiais recicláveis apresentam para todos nós e percepção deles sobre sua atuação. Como Lazzarin (2017) destaca, “Objetivo é tudo aquilo que o trabalho pretende alcançar depois de finalizado”.

Como objetivos específicos, trazer para a discussão do trabalho também: Analisar a forma de trabalho e valorização dos catadores e catadoras na comunidade; Averiguar se as políticas públicas na realidade da sua profissão estão sendo suficientes, eficazes e fiscalizadas; Verificar a concepção dos catadores sobre meio ambiente; Para isso foi necessário contextualizar as suas realidades através de estudos no contexto da educação ambiental, principalmente voltadas para o papel socioambiental que por anos vem atuando de maneira construtiva na sociedade no debate na realidade ambiental (natureza intacta), do desenvolvimento sustentável como também a relação do homem no meio ambiente.

São apresentadas cinco etapas da construção metodológica da pesquisa, são elas: levantamento e pesquisa bibliográfica; escolha de metodologias qualitativas para coleta dos dados (estruturação da entrevista e questionário) e técnica para análise dos dados; reconhecimento do local e realização da entrevista; transcrição e análise dos dados confrontada com a bibliografia; apresentação da pesquisa aos catadores.

A seguir, apresenta-se a estrutura que compõem cada etapa do trabalho, os detalhes e a identificação delas de acordo com as definições e conceitos, metodologias seguida de referência dos autores.

O emprego da **primeira etapa** envolve uma pesquisa bibliográfica, ou “estado de arte”. Numa pesquisa é preciso de uma prévia sobre o tema abordado, sobre o que está sendo produzido e debatido atualmente e que venha contribuir na discussão das questões

apresentadas pela pesquisa. Também é por meio da leitura bibliográfica que descobre ideias novas, conceitos, métodos e definições de acordo com cada autor escolhido (LAZZARIN, 2017).

Com auxílio dos autores, dentro de suas pesquisas e obras nas áreas são destacados alguns assuntos pertinentes de reforçar, são eles: visão socioambiental, as políticas públicas, a interação humana em sociedade (como é a relação catadores de materiais recicláveis e a comunidade), desenvolvimento sustentável, educação ambiental, visões de meio ambiente, entre outros. Essas leituras se encontram em revistas científicas (impresas ou online), monografias e dissertações de mestrado ou doutorado (online), livros disponibilizados em acervos de bibliotecas (online ou impresso) (LAZZARIN, 2017; MARCONI; LAKATOS, 2003).

A revisão bibliográfica descreve a história do tema e as principais fontes bibliográficas, ilustrando questões centrais e refinando o foco da pesquisa. Desta maneira, foi escolhido autores que apresentam histórico variados de trabalhos e participações em pesquisas voltadas para as questões da Educação Ambiental, socioambiental e políticas públicas principalmente. Em alguns casos, autores que tratam especialmente sobre as políticas públicas dentro da profissão de catadores, tratando do papel socioambiental e político (GRAY, 2012). A pesquisa possui diálogo e uma necessidade de pensamento reflexivo, sendo assim, é necessário conhecimento prévio e que o pesquisador tenha um pensamento construtivo e criativo. (LAKATOS; MARCONI, 2003)

A **segunda etapa** se deu pela escolha de qual ferramenta metodológica seria empregada para coleta de dados, no caso, o uso de questionário juntamente com uma entrevista e observação. Um dos “instrumentos de observação” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.164), além da estrutura do edifício, são as pessoas entrevistadas e as que trabalham na associação. Assim as perguntas dispostas no questionário foram elaboradas com questões de percepção e análise pessoal da realidade de sua profissão. Para facilitar a compreensão das perguntas e que houvesse um diálogo construtivo dos envolvidos as perguntas abertas foram voltadas para a realização da entrevista direta com a leitura do questionário (GRAY, 2012).

Pois estas técnicas se enquadram na coleta de dados qualitativa, o uso de questionários, “onde as perguntas são abertas, entrevista qualitativa ou planos de observação. Embora seja possível fazer uso de instrumentos já desenvolvidos, é mais provável que os pesquisadores qualitativos construam seus próprios instrumentos de coleta de dados” (GRAY, 2012, p. 54). Como se apresenta o questionário no Quadro 2.

Quadro 2 – Questionário construído para os catadores do município de Santiago, RS.

<p>Perguntas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Idade. Formação.</li> <li>2- Quanto tempo atua como catador e selecionador?</li> <li>3- Como iniciou suas atividades? Por qual motivo?</li> <li>4- Você tem algum relato de preconceito, violência e descaso durante a sua atividade?</li> <li>5- Você teve algum curso que te auxiliou nas atividades de catador ou reciclador? Quando? Por quem? Onde (empresa, escola ou por conta)?</li> <li>6- Consegue se manter e a família com a atividade? Se não, ganham alguma renda extra ou doação? Ou projeto social?</li> <li>7- Conhece alguma política pública que auxilie na sua atividade? Ou, realizam alguma atividade na comunidade? Alguma empresa disponibiliza ajuda?</li> <li>8- O que você entende por meio ambiente?</li> </ol>
---

Fonte: Flores, J. S. (2020).

A limitação do número de entrevistados foi estipulada de no máximo cinco pessoas, já que o assunto é complexo e precisa de participação voluntária (MARCONI; LAKATOS, 2003) e também para que não houvesse grande perturbação na atividade deles. A importância da entrevista com o contato, é que através deste método o diálogo pode proporcionar perguntas e respostas aprofundadas e com possibilidade de várias abordagens. Mas esses dados só irão valer se o pesquisador tiver registrado e transcrito a entrevista (LAZZARIN, 2017)

A **terceira etapa** constitui da seguinte metodologia, o reconhecimento do local, as pessoas participantes e a realização das entrevistas (leitura do questionário e observação). Sendo assim, foi escolhido o mês de janeiro de 2020 para a coleta de dados na ARPES. Lazzarin (2017) relata um procedimento preliminar é fundamental na construção do projeto de pesquisa: conhecer in loco, o mais antecipadamente possível, o contexto em que se pretende realizar a coleta de dados (em caso de trabalho de campo). O primeiro contato com a representante da associação D. Tereza, também catadora, foi por meio do WhatsApp<sup>8</sup>, onde marquei a data e horário do encontro para a visitação do local.

<sup>8</sup> O WhatsApp<sup>®</sup> é uma ferramenta utilizada para troca de mensagens e comunicação em áudio e vídeo e compartilhamento de mídia através da internet, o aplicativo está disponível para smartphones. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/noticia/whatsapp-historia-dicas-e-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-app/80779>

Como se trata de uma aplicação de questionário e a entrevista gravada para posteriormente ser transcrita, para proteger tanto o entrevistado como o pesquisador, por conter opiniões e fatos, foi realizado um “Formulário de Consentimento de Participação” (GRAY, 2012). O formulário utilizado por este trabalho, oferecido uma cópia para os entrevistados está em Anexo A.

A característica da coleta de dados define-se em entrevistas semiestruturadas, dialéticas e observações qualitativas sobre as questões abordadas acima do problema pré-definido pela pesquisa que é a valorização socioambiental dos catadores. Onde a pergunta problema é “Qual o papel socioambiental dos recicladores atuantes na cidade de Santiago, RS sobre a óptica da Educação Ambiental?” A pesquisa, a investigação explora essa pergunta, onde se tem a necessidade de saber se essas pessoas sofrem preconceito e se são assessorados pelas políticas públicas que são questões que determinam se são valorizados ou não. Como destaca as autoras, “O problema é que vai desencadear a pesquisa” (MARCONI; LAKATOS, 2003).

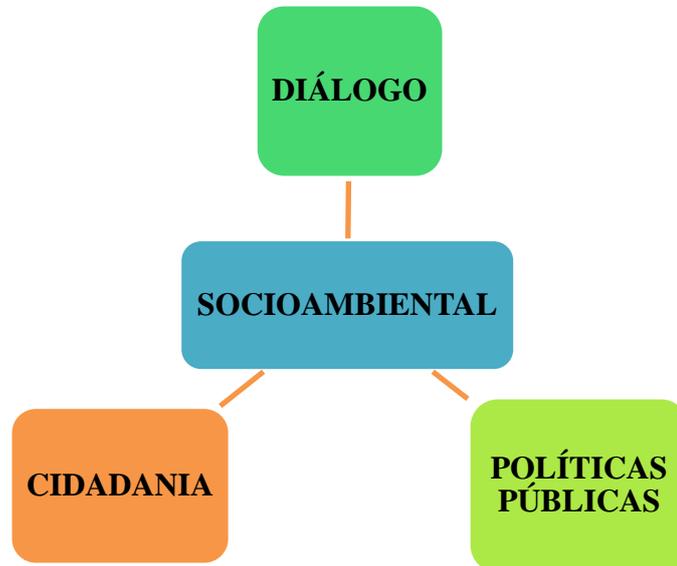
Através da entrevista semiestruturada possibilita ao pesquisador a liberdade de acrescentar informações que possam auxiliar em novas perguntas mais aprofundadas. Mas mantendo o cuidado para não fugir da realidade da pesquisa e não influenciar nas respostas (LAZZARIN, 2017). Outra forma de coleta de dados muito utilizada na atual pesquisa foi a observação, segundo Lazzarin (2017), é uma das ferramentas que a pesquisa em educação pode utilizar para coletar informações que a entrevista, ou questionário não conseguem acessar. Mas, é fundamental que o pesquisador venha retratar fielmente o que se é observado.

A necessidade de “perceber a constituição da realidade como decorrente de um movimento dialético/dialógico, em que a interação de forças, seus conflitos e consensos, são estruturantes dessa realidade, debruçamo-nos sobre a relação, sobre o movimento de inter-retro-ação do todo e das partes” (GUIMARÃES, 2004). Ou seja, percebermos a realidade das pessoas entrevistadas fundamenta a importância da estruturação da pesquisa e a relação de contextualização sobre o assunto, para compreender e analisar os dados da maneira mais verdadeira possível, unir o que se fala com o que se vê.

A **quarta etapa** constitui na análise dos resultados encontrados durante as leituras do questionário, da entrevista e da observação. Os resultados encontrados na entrevista são puramente de análise qualitativa confrontadas a partir dos estudos de autores citados no presente trabalho (MARCONI; LAKATOS, 2003). Como é apresentado na Figura 7, onde demonstra a relação dos autores com os assuntos abordados no presente trabalho. Através da observação foi possível perceber detalhes sobre o local e as condições em que trabalham e

verificar se condiz com o que é relatado no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) sobre a estrutura da associação.

**Figura 7** – Correlação da pesquisa bibliográfica referente a escolha dos autores.



Fonte: Soares, J. S. (2020).

Por ter escolhido uma análise qualitativa, houve limitação nos assuntos apenas os citados por esse trabalho são analisados, já que a bibliografia foi direcionada para relacionar assuntos específicos como foram relatados acima. Como o autor defende “O que importa neste momento é que a abordagem de análise escolhida ser coerente com a lógica geral do estudo e os tipos de perguntas de pesquisa escolhida” (GRAY, 2012). Com dados encontrados nessa pesquisa facilitará compreender que dentro da nossa realidade possuímos pessoas que talvez foram limitadas e excluídas socialmente, “marginalizados” (DIAS; MATOS, 2008), vítimas de uma sociedade preocupada com o amanhã, mas que pouco valoriza o trabalho dos catadores.

A partir de um método descritivo e explicativo espera-se encontrar algumas relações entre os problemas relatados neste trabalho partindo de um conhecimento do senso comum e assim construir os caminhos que essa questão traz (MARCONI; LAKATOS, 2003). O problema central é dado como uma hipótese para verificar se é um fato, propondo a origem desta questão e possíveis soluções de maneira explicativa. Sendo assim, ter uma hipótese (sofrer preconceito e desvalorização), descrever o que de fato acontece e tentar explicar a origem desta situação e o que pode ser mudado. No entanto, é necessário distinguir o “sujeito do objeto de estudo” pois há uma grande diferença, o sujeito é a realidade a respeito da qual

se deseja saber alguma coisa. É o universo de referência” neste caso, se trata dos catadores e a realidade deles. O objetivo da pesquisa “é o conteúdo que se focaliza, em torno do qual gira toda a discussão ou indagação”, ou seja, se trata do papel socioambiental dos catadores, o preconceito e a valorização deles (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A **quinta etapa**, para finalizar será apresentado os resultados encontrados no presente trabalho aos catadores, se assim demonstrarem interesse, afinal precisa ter uma organização sobre o dia, local, equipamentos (Datashow, computador, sala) e de quantos irão querer participar para não interferir na atividade da associação. Com essa atividade poderá surgir novas ideias, oportunidades e possíveis projetos que serão apontadas e estudadas como complemento, e quem sabe para o futuro, um artigo com participação e novos resultados.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos neste trabalho, com a aplicação de uma entrevista semiestruturada auxiliada de um questionário, obteve resultados satisfatórios e que possibilitou um debate construtivo unida com as ideias dos autores apresentados até o presente momento.

Preocupado com o tempo e a repetição de respostas foi estipulado o total de cinco pessoas entrevistadas, escolhidas aleatoriamente. O tempo de entrevista, em Média Amostral é de 4 minutos e 50 segundos.

As questões sobre nomes e demais informações pessoais foram descartadas. Sobre os gêneros dos entrevistados participaram três mulheres e dois homens. A idade dos participantes são entre 18 a 60 anos; E a escolaridade é da 3ª série do ensino fundamental ao 2º grau completo, todos alfabetizados. Estas e outras informações estão dispostas no Quadro 3, referente ao que foi encontrado na aplicação das perguntas do questionário dentro da entrevista.

As questões extensivas e com maior debate foram analisadas individualmente facilitando os debates para que sejam contextualizados com alguns autores citados neste trabalho e que suas ideias centrais tenham o foco imposto pelo presente artigo.

Na análise geral, os participantes foram receptivos com a pesquisa. Após a explicação das intenções do trabalho, a necessidade de se ter esse debate e terem a oportunidade de mostrarem o seu papel para a comunidade. Assim, foi possível realizar a aplicação da entrevista no mesmo dia estipulado apenas para conhecer. Afinal, tempo é demanda de trabalho. Onde a quantidade de material para ser separado e preparado para a venda era enorme.

Quadro 3 - Resultados parciais encontrado através da aplicação do questionário dentro da entrevista semiestruturada, com os catadores da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago, Santiago, RS.

Dados coletados através da aplicação do questionário e entrevista.					
Questões (sexo)	Entrevistado 1 (mulher)	Entrevistado 2 (homem)	Entrevistado 3 (mulher)	Entrevistado 4 (mulher)	Entrevistado 5 (homem)
1	35 anos; 2º grau completo, Ensino Médio	44 anos; 3ª série do Ensino Fundamental	60 anos; 5º ano do Ensino Fundamental	18 anos; 9º ano do Ensino Fundamental	25 anos; 8ª série do Ensino Fundamental
2	3 anos de atividade na ARPES.	4 anos de atividade na ARPES.	14 anos de atividade na ARPES.	4 meses de atividade na ARPES.	Não especificou.
3	Não.	Sim.	Sim.	Não.	Não.
4	Sim.	Sim.	Não.	Não.	Não.
5	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
6	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
7	Sim.	Sim.	Sim.	Não.	Sim (Necessitou explicação).
8	Respostas argumentativas pessoais.				

Fonte: autora

O primeiro contato foi com a representante da ARPES, D. Tereza que é uma das fundadoras da associação e catadora com orgulho. Através dela pude ter acesso às informações necessárias sobre a fundação da Associação e de como é desenvolvido o trabalho no local. Como ela conhecia o pessoal, solicitei que escolhesse cinco pessoas aleatoriamente para participar das entrevistas. Cada entrevistado relatou a sua percepção sobre o assunto dentro da atividade e como atuam diariamente no exercício do seu trabalho.

Para destacar na leitura e para compreensão das falas e os debates, organiza-se da seguinte maneira: As questões do questionário são apresentadas em **NEGRITO** no início do subtítulo; as respostas dos entrevistados em *itálico*; em algumas ocasiões, diálogos participativos da autora são representados graficamente por sublinhado.

#### 4.1 O RECONHECIMENTO SOCIOAMBIENTAL DOS CATADORES

Inicialmente os entrevistados ao serem questionados se já teriam sofrido alguma violência, todos respondem negativamente. No entanto, ao decorrer das entrevistas percebe-se em algumas de suas respostas, falas que apresentam despreço, mostra certas atitudes de rejeição e revolta quando se referem a ações que a sociedade teve com a atividade no dia a dia da coleta.

Esta questão, mesmo que debatida muitas e muitas vezes, permanece atual. E ainda esquecida de ser combatida dentro da sociedade, seja através de leis ou até mesmo das atitudes do dia a dia. Afinal, são seres humanos. Como destaca Rech (2008):

(...) temos de repetir, insistir, aprofundar, elevar a voz social em afirmação do núcleo social dos catadores e catadoras. Isso porque, com algumas exceções, ainda são tratados como párias não apenas da sociedade, mas principalmente dos poderes públicos, que nem sequer conseguem cumprir o que a legislação determina enfaticamente quanto mais adotar uma postura de transformação efetiva da realidade, na qual pudéssemos falar em liberdade, justiça, fraternidade e solidariedade para todas as pessoas, sejam elas ricas ou pobres (p. 265)

#### **4.1.1 Questão 3: Já sofreu violência, preconceito ou/e descaso social?**

Fala do Entrevistado 1: *“(...) porque, por mais que estejamos correndo assim, da maneira que estejamos vestidos, todo sujo na rua a gente está trabalhando, entendeu? É um trabalho. Para nós aqui é um trabalho, não é um... porque não temos outra opção para trabalhar. É um trabalho como qualquer outro. Que a gente tem nossa renda, que tem nosso dinheirinho. Tudo vem do suor da gente. (...)”*.

Fala do Entrevistado 2 também destaca: *“Ah... tem algumas pessoas que, tipo olham para a gente diferente, coisas assim. Mas isso a gente já leva...acostumado. Sempre vai ter. Sempre vai ter pessoas assim. Não adianta. ”*

Neste caso, podemos destacar as avaliações de estereótipos, preconceito com o trabalho realizado e a marginalização dos catadores, como as autoras Dias e Matos (2008) “Além da miséria, esses atores têm que conviver com a falta de reconhecimento ou mesmo um reconhecimento profundamente distorcido ou estigmatizado”.

Infelizmente, ainda nos dias atuais existe o preconceito contra os catadores. E de como ainda é defasado apenas a teoria destacar essa questão, ter pouco trabalho social a respeito da desconfiguração destes estereótipos e definições culturais. Mas é como/onde

tratar disto? E, vamos além disso, a falta de respeito com essa profissão importante não só para o município, mas para o meio ambiente, já que eles diminuem consideravelmente que o lixo com possibilidade de ser reciclado vá para o aterro sanitário.

O entrevistado 1 ainda entra na questão de consciência ambiental da sociedade, onde o descartar corretamente auxilia na atividade e eficiência do trabalho realizado na Associação que é a coleta, a separação e preparação do material para a reciclagem. Um ponto interessante que Rech (2008) questionada [no qual também tenho a mesma opinião] é de que os catadores não estão apenas “catando coisas”, mas realizando uma prática de responsabilidade social e ambiental que todos nós deveríamos realizar, não um grupo específico.

No entanto, a atividade de catador se tornou uma profissão que poucos querem exercer ou compreender. Como vemos nas respostas da Questão 3, onde muitos sofrem preconceito com a profissão que escolheram e que beneficia na vida pessoal e familiar de cada cidadão atuante nas associações.

Como o autor destaca:

No meu ponto de vista, os aspectos que devem ser considerados dizem respeito ao fato de que a coleta vem cumprir uma finalidade social de promoção de um grupo de pessoas marginalizadas e, por outro, retira do lixo produtos que precisam ser reciclados e não jogados à deterioração que demora séculos. Isso sem falar no valor da relação comunitária que os catadores e catadoras conseguem imprimir na ação da coleta (RECH, p. 267, 2008)

Foi após a constante luta e conquista de espaço que os catadores e catadoras conseguiram a sua independência e sua visibilidade, mesmo que ainda abalada (RECH, 2008)

A entrevistado 3 relata: *“Não. No início sim. Porque eu fui a primeira mulher a puxar carrinho aqui em Santiago. Daí depois de mim veio outras. Daí perderam a vergonha. Vamos dizer assim. Mas, sim, coisa pouca. Tipo: ‘Não tem o que fazer? Quer trabalhar aqui de doméstica? E coisa e tal?’ Sendo que eu trabalhava a vida inteira de doméstica. E quando eu achei um carrinho para mim puxar, me senti livre. É a coisa melhor que tem é puxar carrinho. ”*

Com esse relato da Entrevistada 3, podemos iniciar o debate sobre a atuação feminina na comunidade de catadores. Mesmo que ainda no tratamento de estereótipos e valores culturais, a atividade feminina crescente dentro da catação e reciclagem. Como Sauvé (2008) relata, a presença da mulher na atividade está relacionada com as novas mudanças de

paradigmas estabelecidos pela sociedade. Como a Entrevistada 3 relata, ofereceram atividades ditas “para mulheres” e ao ver uma mulher trabalhando como catadora se torna diferente e contra uma cultura já estabelecida.

Se no começo o movimento feminista se aplicou principalmente em remanejar e denunciar as relações de poder entre os homens e as mulheres, a tendência atual é, antes, a de trabalhar ativamente para reconstruir as relações de “gênero” harmoniosamente, através da participação em projetos conjuntos, onde as forças e os talentos de cada um e de cada uma contribuam de maneira complementar. Os projetos ambientais oferecem um contexto particularmente interessante para estes fins, porque implica (certamente em graus diversos) a reconstrução da relação com o mundo (SAUVÉ, 2008, p.33)

Os entrevistados 4 e 5 relataram não sofrer preconceito ou não ter percebido se já aconteceu. O que de certa forma nos faz questionar o quanto eles podem dar importância para a ação que eles realizam. Ou talvez eles realmente não compreenderam o interesse da pesquisa.

#### 4.2 EXERCÍCIO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS CATADORES

No Plano Nacional de Resíduos Sólidos temos os objetivos descritos no Art. 7º “São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos” nos dá alguns detalhes para a existência desta questão no questionário e que devemos ressaltar para confrontar as futuras respostas posteriormente encontradas nas entrevistas.

II- Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;  
 V- Redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;  
 VIII- articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;  
 IX- Capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos; (BRASIL. 2010)

4.2.1 Questão 4: Houve preparação para sua atuação na atividade? Por exemplo, uso de epi, etc.

Entrevistado 1, sobre a questão de haver preparação para a atividade, ele declara: “*Sim. Sempre tivemos na usina o auxílio da Secretaria do Meio Ambiente, de como trabalhar, a maneira de trabalhar e já tivemos EPI também. Tudo por questão de segurança.*”.

Sobre a usina citada pelo entrevistado, se trata da estrutura que a prefeitura municipal cedeu para que eles queimem o lixo que não tem possibilidade de ser reciclada. O restante que não é coletado pelos catadores é destinado para o aterro sanitário localizado no município de Santa Maria/RS. Esta ação pode ser encaixada no inciso II, do Art. 7º da Lei n.º 12.305/2010, “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, 2010).

Acrescentei à pergunta sobre a frequência que estes cursos acontecem, oferecidos pela prefeitura, já que no PGIRS de 2013 confere aos catadores cursos que os capacitem e aperfeiçoem sua atuação, como também a estrutura da associação com materiais para auxiliar nas atividades.

Entrevistado 1: *“Não. Assim que podem eles vão, conversam com a gente, eles fazem, explicam sobre os EPIs.*

Então, a disponibilidade de cursos de aperfeiçoamento para o trabalho deles existe. Como consta no inciso “IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos” (BRASIL, 2010). Sendo assim, a prática existe como descreve na teoria da lei.

A entrevistada 3, através da sua resposta mostra o envolvimento de algumas pessoas interessadas em construir junto de alguns catadores de Santiago, RS a associação atual, como o auxílio do Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis e cofundadoras da Associação de Seleccionadores de Material Reciclável de Santa Maria, RS (ASMAR), que auxiliaram nas informações necessárias para que a existência da associação atual a Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago (ARPES) hoje pudesse atuar junto da comunidade.

Como temos na seguinte fala:

*“Não, não. A preparação veio depois que a gente começou. Já estamos com uns quatro anos trabalhando. Apareceu aqui em Santiago o Movimento Nacional dos Catadores, através da Irmã Lurdes de Santa Maria. Que fazia parte do Movimento. E, veio aqui, nos conheceu. Daí a gente fundou a Associação, ela nos ajudou e a Margarete também. E, daí..., mas não... assim, além disso, nada de anormal. ”*

Seguindo dentro do descreve a Lei n.º 12.305/2010, Art. 6º e Inciso VI diz que deve haver “a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade”, como um dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Como, também, temos no Art. 8º os Instrumentos da PNRS, o inciso IV “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”, ou seja, amparar de diferentes maneiras a criação destas associações para que desta forma conquiste, além de um retorno econômico para o município, um gerador de empregos e cidadania para as pessoas que fazem desta atividade uma profissão.

A atividade que eles exercem é importante para o desenvolvimento social deles, como já foram apresentados pelos autores aqui citados. E, essa importância, tanto social, quanto econômico gira em torno da sustentação familiar que eles possuem, como vemos na próxima questão.

#### 4.3 VALORIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS CATADORES

A necessidade de uma estruturação econômica, no qual esses cidadãos tenham a oportunidade de adquirir uma estabilidade financeira, uma segurança familiar é de suma importância para que seu trabalho tenha as condições básicas para se fazerem presentes na comunidade. Desta forma, na Lei n.º 12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos, temos algumas questões que são citadas a seguir e que entram no debate da presente questão,

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

Art. 19º O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos; (BRASIL, 2010).

##### 4.3.1 Questão 5: Usa a atividade como meio de vida, sustento da família?

Sendo assim, a fala do Entrevistado 1 pode representar as respostas encontradas nas demais entrevistas. Onde o uso da atividade é o principal meio de vida e sustento da família. E que o valor recebido é satisfatório: “*Sim. É ótima*”. A resposta para a questão foi unânime.

Dentro do Plano Municipal construída no ano de 2013, o PGIRS de Santiago, RS, tem uma tabela que destaca “Objetivo: Promover a Inclusão Social dos Catadores”, cabe aqui destacar a seguinte menção:

C- Melhorar a estrutura física das cooperativas existentes:

As principais vantagens da utilização de cooperativas ou associações de catadores são a geração de emprego e renda, o resgate da cidadania dos catadores, a redução de despesas com os programas de reciclagem, a organização do trabalho dos catadores nas ruas, entre outros. No entanto, as cooperativas existentes necessitam de melhoria na estrutura física, tais como: galpão, esteira, prensa enfardadora, balança, cobertura na área de recepção dos resíduos, entre outras melhorias (PGIRS, 2013, p. 120).

Como já foi relatado na questão acima, Questão 4, a prefeitura municipal através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, sempre que possível realiza ações para auxiliar na atividade da ARPES. E durante as entrevistas, através da observação e conhecimento do ambiente os materiais citados neste trecho realmente estão em operação na associação.

Já na fala da Entrevistada 3, retrata as questões que ainda devem ser resolvidas para que a atividade continue dando condições de vida e sustento para a família destes trabalhadores. Sua resposta surgiu após questionar sobre carteira assinada e aposentadoria, se eles têm essa assistência.

A fala foi a seguinte: Carteira assinada? “*Não. Nem queremos. Isso não.*” Aposentadoria? “*Não. A gente quer um contrato pago para a gente pagar nosso INSS. Isso é o que a gente quer. Nosso trabalho vale dinheiro. A gente economiza muito dinheiro para a prefeitura, de o lixo ir para Santa Maria.*”

No entanto, consta na mesma tabela sobre a questão de cadastramento e criação de um centro de triagem para facilitar no auxílio destas questões trabalhistas e legais, a seguir o trecho:

B- Propor uma central de triagem:

A central de triagem é uma alternativa para evitar o aumento de catadores irregulares, além de possibilitar a melhoria da coleta. É importante que o município ofereça apoio institucional para as cooperativas, principalmente no que tange a cessão de espaço físico, assistência jurídica e administrativa para legalização, fornecimento de equipamentos básicos, tais como prensas enfardadeiras, balanças, etc. (PGIRS, 2013, p. 120)

Durante a entrevista, o que relata na fala da Entrevistada 3 é não ter um contrato ou algum documento que garanta um salário estável aos catadores. Eles possuem apenas uma permissão para o uso da propriedade onde hoje opera a ARPES e auxílio da prefeitura quanto a manutenção e gasolina do caminhão.

Mesmo tendo essas informações, o presente trabalho não pode afirmar pela parte representante da Prefeitura Municipal se realmente esta questão existe, pois não houve

entrevista com alguma pessoa encarregada do assunto. Podendo futuramente ser abordado em outro trabalho a respeito desta questão.

#### 4.4 CONHECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS CATADORES

As políticas públicas nas atividades sociais são importantes para que elas tenham as estruturas básicas e acesso aos direitos que as pessoas envolvidas precisam. Neste caso, as políticas públicas se envolvem desde a regulamentação para a existência da cooperativa, capacitação dos trabalhadores, assistência social e relação com a comunidade.

Em Santiago, a Coleta Seletiva está inserida no Programa Cidade Educadora, que tem por finalidade reduzir os resíduos descartados no aterro sanitário, a inclusão dos catadores com geração de renda às cooperativas de catadores e a participação efetiva da comunidade, além de minimizar a poluição ambiental, contribuindo para a saúde da população (PGIRS, 2014, p.62).

Sobre seu conhecimento quanto às políticas públicas que permeiam sua profissão e atividade com a reciclagem:

##### 4.4.1 Questão 6: Conhece alguma política pública para a sua profissão?

- *“Sim. A gente tem até. Inclusive eles que dão manutenção, óleo.*
- *” Questiono: Então a prefeitura está totalmente ligada com vocês?*
- *“Sim, sim. Muito ligada conosco. Inclusive o prefeito é uma ótima pessoa. ”.*

Mais uma vez é afirmada a presença da prefeitura dentro da associação auxiliando em suas atividades.

- Sobre conhecer alguma política pública para sua profissão o Entrevistado 2 relata:
- *“É a gente faz. Está indo fazer uns cursos que aparece para a gente. Para eles mostrar para a gente melhor como agir, como a gente atua, tudo. E a prefeitura, também, às vezes, vem conversa com a gente também. Sobre meio ambiente. Então, tem.”.*

Como relatado nas questões anteriores, a prefeitura oferece o amparo para a atividade dos catadores na ARPES. E além de por iniciativa própria, eles também realizam outros cursos a respeito da profissão e junto de empresas que compram seus materiais.

Já sobre a respeito das leis e políticas públicas mais abrangentes, a Entrevistada 3 nos revela algumas informações:

*“Tipo a nacional, eu sei que tem muito lugares aqui que é pago pela coleta seletiva, né? Em Uruguaiana é pago de 30 à 40 mil por mês para os catadores, para a associação. Daí com que eles pagam o INSS e as despesas de caminhão e coisa e tal. Nós aqui, o que a gente tem é uma concessão de uso para explorar a usina onde vai o lixo, lixo. E aqui, que a gente ganhou esse galpão da URI, do projeto de arquitetura. Que fizeram de tijolo com PET dentro. E o terreno é da prefeitura. Que aqui é o Distrito Industrial. ”*

Nesta fala observamos o conhecimento sobre as questões trabalhistas, direitos previdenciários. Afinal, se eles sofrerem algum acidente trabalhista e de alguma forma não possam exercer outra atividade, se tornarem inválidos, essa seguridade social eles teriam. Aqui, eles relatam pagar o próprio INSS com o valor recebido na venda dos materiais. No PGIRS de Santiago, RS, tem a seguinte questão em que afirma a responsabilidade da prefeitura oferecer oportunidade e condições de trabalho e renda.

D- Firmar parcerias para capacitação dos catadores. Estabelecer parcerias com entidades do município para promover a capacitação dos catadores visando à melhoria de suas condições de trabalho e renda, bem como a sua inserção em outras atividades do mercado de trabalho (PGIRS, 2014, p. 127).

Os Entrevistados 4 e 5 relataram conhecem, mas não acrescentaram informações nas respostas.

O que é observado durante as entrevistas é o receio de que respostas são “corretas” em dar a cada questão, alguns contribuíram tranquilamente, outros as respostas foram vagas. Mesmo, durante as entrevistas destacar não se tratar de questões partidárias, ou políticas da atualidade. Mas sobre a realidade deles, dentro da profissão que eles exercem no município.

Mesmo que estas discussões façam parte de ser um ser político, não cabe a pesquisa tratar de questões mais abrangentes do que as aqui tratadas. A próxima questão trata desta atuação na comunidade, mas no contexto de sua valorização social e sua atuação como cidadão.

#### 4.5 REPRESENTAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS CATADORES

A importância desta pergunta para o trabalho é a grande chave para as demais respostas. Pois desta visão, podemos perceber o que eles compreendem sobre os demais assuntos do questionário, como as dificuldades da profissão, as iniciativas municipais e da comunidade e a relação deles com a atividade, se eles valorizam as suas ações e a comunidade também.

Como podemos destacar as ideias de Rech (2008, p. 265):

Desejaria nesta minha apresentação abordar três aspectos essenciais de um mesmo tema e que dizem respeito aos caminhos de defesa dos Direitos Humanos dos catadores e catadoras: I. afirmação dos catadores e catadoras de material reciclável como agentes da ação pública do Estado nas cidades brasileiras; II. importância da afirmação da categoria como agente social da comunidade; III. com maior aprofundamento, a exigibilidade, na definição dos contratos de coleta vinculados à função do Município, de considerar e privilegiar as iniciativas organizadas de catadores e catadoras.

#### 4.5.1 Questão 7: Você reconhece seu papel social e ambiental?

O Entrevistado 1, quanto ao seu reconhecimento social pedi que desse um exemplo dentro da vivência dele como catador:

*“Meu? Conheço. A importância que eu dou, e que as pessoas deveriam dar é que tinham que ter um pouco mais de consciência com o meio ambiente. (...). Muitos lugares as pessoas colocam solto no chão, sabe? Eu acho, que pra mim, na minha consciência, eles teriam que ensacar, encaixar. (...).”*

Outra questão que podemos destacar aqui além da ação cidadã em prol do meio ambiente quanto a atuação dos catadores ao recolher esse material, é a de considerá-los como agentes de uma função pública, que neste caso seria a que “presta benefício à coletividade” como debate Rech (2008) em seu artigo:

Se quisermos, pois, encontrar a função pública nessa atividade, ela estaria relacionada à perspectiva de a coletividade vir a se beneficiar diretamente dos encaminhamentos relacionados à atuação de uma pessoa ou grupo. Nesse sentido, haveria de se debater aqui se a atuação dos catadores e catadoras é diretamente benéfica à coletividade ou se é apenas uma execução de serviços decorrente da ação do Poder Público, o qual, sim, estaria cumprindo o seu papel de estar a serviço do benefício à coletividade.

Relata muita a questão de respeito, consciência e responsabilidade ao descartar o lixo doméstico. Nesta questão podemos dialogar sobre a “responsabilidade compartilhada”, ou seja, responsabilidade pelo o que você consome e descarta. Durante a conversa com D. Tereza, ela menciona sobre a logística reversa e que as empresas poderiam se envolver ainda mais, juntos dos catadores, inicialmente, valorizando a atividade que catar os materiais que muitas destas empresas não possuem um descarte direcionado. Como podemos verificar a seguir, no Art. 3º da Lei n.º 12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos:

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei (Art. 3º; XVII; 2010).

Juntamente com questões sobre as alternativas que eles poderiam oferecer para melhorar essa valorização, perguntei se eles já pensaram em realizar algum curso sobre a separação correta do material.

Então segundo o Entrevistado 1:

*“Curso? Não, porque tem. A própria Secretaria de Meio Ambiente já explica. Explica na rádio. Eles dão, como se diz...instruções pela própria rádio mesmo. Eles avisam os moradores.”*

Em 05 de junho de 2012, a Ecológica assinou o Termo de Cooperação com o Município de Santiago, para ser parceira do Programa Cidade Educadora trabalhando com a Meta 1 - Educação Ambiental, onde assumiu um compromisso de colaborar e expandir este trabalho ao maior número de pessoas, envolvendo não só nossos alunos e familiares, mas a comunidade que estamos inseridos (PGIRS, 2014).

O papel deste trabalho era trazer o debate quanto a valorização da atuação dos catadores, neste caso na cidade de Santiago, RS. As demais questões existentes auxiliaram na constatação de que eles reconhecem sua atividade, a sua importância e o valor econômico que eles contribuem para o município.

Na fala dos Entrevistado foi verificado as visões deles, a importância de sua atividade para o município e para a comunidade. A pergunta foi sobre reconhecer seu papel social e ambiental? As falas a seguir;

Entrevistado 2: *“Sim. (...) o que a gente recicla tudo é para não ficar jogado na rua. Muitas vezes, mesmo a gente reciclando, puxando pra cá, fica. Mesmo a gente puxando, ficam papel, fica plástico, lata, muita coisa fica ainda jogando.”*

Entrevistada 3: *“Tipo catadora? Mas com muito orgulho!”*

Os Entrevistados 4 e 5 não souberam declarar sobre suas opiniões. Exceto o Entrevistado 4 que realizei uma explicação breve sobre o assunto de forma muito simplificada. A seguir as falas respectivamente.

Entrevistada 4: *“Não. Não sei o que é isso. (Expliquei o geral). Ah! Sim.”*

Entrevistado 5: *“Ah! Sim. Sim.”*

Baseados nestas respostas, a próxima questão entra no debate acerca de representação que eles possuem sobre o meio ambiente. Essa pergunta é muito importante, pois é uma constatação pessoal e que parte do conhecimento e vivência que eles constroem seu ser no mundo.

#### 4.6 CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE NA VISÃO DOS CATADORES

##### 4.6.1 Questão 8: Qual é a sua visão sobre o meio ambiente?

Essa questão foi adicionada ao questionário para que através das visões dos entrevistados sobre o meio ambiente tenha em partes relação com o que foi dito por eles quando perguntado sobre o papel social e ambiental deles. E de certa forma, as respostas se completam e algumas vezes acrescentam assuntos ótimos para debate, como por exemplo, tratar o meio ambiente a ser preservado e a consciência ambiental.

A Educação Ambiental está empregada de várias maneiras e contextos dentro de um município e suas atividades. No PGIRS (2013) tem um capítulo sobre as atividades da Educação Ambiental:

Neste contexto, a Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que tem como meta despertar uma consciência crítica sobre a problemática ambiental nos cidadãos, através de um processo pedagógico permanente e participativo. Ela deve ser vista como um dos instrumentos básicos e indispensáveis no processo de gestão ambiental, sendo necessário formar e capacitar cada participante como corresponsável do gerenciamento das ações implantadas (PGIRS, 2013, p.146).

Como foi destacado as correntes de assuntos dentro da Educação Ambiental, como a holística e a resolutiva neste caso. Na corrente holística, como Sauvé (2008) diz o “ser no mundo”, traz a visão de que nossas a oes fazem parte do meio ambiente em que estamos. E, a realidade hoje   da maneira que   pois poucas vezes escolhemos pensar “E, se fosse conosco?” Aqui pode ser tanto sobre o preconceito com a profissão de catador, quanto com a importância da atividade deles para o meio ambiente e para as outras pessoas.

Como encontramos na fala do Entrevistado 1: “(...). *A popula o tinha que ter um pouquinho mais de consciência só. Para melhorar um pouquinho mais do que já está.   só essa minha visão.*”.

A conscientiza o inicia em casa, de como cuidar da separa o correta do lixo doméstico, ter o cuidado com as lixeiras municipais e us -las, observar e valorizar o meio ambiente em todas as suas esferas e opiniões. Afinal, o que   meio ambiente para mim, não seja a mesma concep o de meio ambiente seu. E deste pressuposto, encontrar um vínculo e nele aperfeiçoar e estreitar as visões e a oes.

Já na corrente resolutiva   trazer a sociedade para junto dos catadores, onde “modificar seus comportamentos” e “criar projetos coletivos” são o pontapé inicial para que a valoriza o dos catadores e demais questões ambientais sejam levamos na prática.

Como encontramos na fala do Entrevistado 2, quando questionado sobre a sua percep o do meio ambiente, num contexto geral:

*“A nossa aqui falta muito ainda para ajeitar. Outros lugares que a gente já foi,  .... Eu não sei se   pessoal, ou tem mais consciência das coisas. Aqui ainda falta muito.”.*

Referiu-se sobre as a oes que a comunidade tem com o descarte do lixo em via pública e para a reciclagem. Então continuei perguntando sobre a visão dele, como poderia ser alterado essa realidade da a o da comunidade com a reciclagem. O entrevistado diz:

*“Eu não sei. Porque a gente já tentou em rádios, tentou ir nas casas. Foi perdido vários dias de serviço, várias semanas, indo cada grupo falando. A gente entrega o bilhetinho, falando os dias dos bairros, o que   coletado. E mesmo assim, tem pessoas que não sei... se não acostumaram, mas não...”.*

Percebemos que, mesmo prejudicando dias de serviço, eles se importam que a comunidade participe de sua atividade, e a prefeitura colabora com a divulgação das ações de reciclagens. E mesmo assim, este trabalho traz o mesmo debate de anos: Qual o problema em reciclar o lixo doméstico corretamente? Já que tem pessoas prontas para essa tarefa. Basta alguém em casa se dispor a realizar essa tarefa, separar o lixo seco do orgânico, as embalagens possíveis de reciclagem e encaminhar para os catadores.

É na fala da Entrevistada 3 que encontramos uma sugestão e um questionamento que devemos fazer no dia a dia:

*“No contexto geral. Falta muito para chamar o meio ambiente de saudável. Falta muito, muito, muito. Mas a começar pela dona de casa, ou pela empregada da dona de casa. Elas que tem que pensar, que daqui uns anos mais a gente não vai mais estar aqui. Vai estar os filhos, os netos, os bisnetos. Se não cuidarem do lixo e não cuidarem da natureza. O que que vai virar? Será que vai ter um rio para eles tomarem um banho? Será que vai ter uma árvore em pé ainda para dar uma sombra? Se não cuidarem agora da separação correta do lixo. É isso que tem que pensar. Eu acho que é por aí.”*

Esta fala pode representar a corrente humanista de Sauvé (2008) descrita no início do trabalho, não se trata do patrim nio que temos neste momento, mas qual será este que iremos deixar para as futuras gera es. Se trata da nossa responsabilidade socioambiental que temos que construir já!

O Entrevistado 4 declara: *“Proteger o meio ambiente.”*

Já o Entrevistado 5 pronuncia: *“Quando fala assim, espero melhorar, porque está brabo.”*

Nestes casos encontramos respostas automáticas que por muitos anos nós temos em mente sobre meio ambiente.

A corrente conservacionista/recursista pode ser direcionada para estas falas. Já que se trata de cuidar de algo que usamos para benefícios próprios, como recurso finito e que precisa existir infinitamente, mesmo sendo desvalorizada e usada descontroladamente. Isso quando me refiro ao meio ambiente como recurso natural.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trecho sobre saber ambiental de Leff (2009) pode descrever o motivo de realizar esta pesquisa,

O saber ambiental muda o olhar do conhecimento e com isso transforma as condições do saber no mundo na relação que estabelece o ser com o pensar e o saber, com o conhecer e o atuar no mundo. O saber ambiental é uma ética para acarinhar a vida, motivada por um desejo de vida, pela pulsão epistemofílica que erotiza o saber na existência humana (p.19).

Por meio dos conhecimentos adquiridos durante as leituras bibliográficas, contato com os professores da área e o contato com as pessoas entrevistadas neste trabalho foi percebido a necessidade da conexão entre o conhecimento dentro das universidades irem para a comunidade. Essa aproximação é gratificante quando se percebe que muito ainda temos que alcançar e apenas com a educação, o ensino e vontade de mudar que isso será possível.

Ao transcrever as entrevistas revivi o momento de contato com os catadores e percebi o quão ainda pode ser feito para melhorar a atividade que eles exercem. Apesar de a quinta etapa ser a apresentação dos resultados a eles, terá de esperar. O contexto atual requer cuidado individual e coletivo, pois o COVID-19 não tem parâmetros econômicos e sociais para defini-lo. Infelizmente, essa parte da pesquisa não foi realizada. A espera de um momento mais oportuno para organizar o encontro e proporcionar um diálogo com os catadores do município de Santiago, RS.

As aprendizagens foram muitas, as observações continuam mesmo após a pesquisa ser realizada. Contribuindo para surgimento de novas ideias e prática dentro da Educação Ambiental para desempenhar. Espero que um dia venha concretizá-las.

O presente trabalho apresentou resultados satisfatórios e debates que podem ser assunto em novas pesquisas e aprofundados. Quem sabe, auxiliar para diagnóstico e criação de novos projetos práticos voltados para a Educação Ambiental.

Neste contexto, o objetivo do presente trabalho que era apresentar as concepções ambientais, a representação socioambiental e a valorização dos catadores atuantes no município de Santiago, RS, que exercem suas atividades na Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Santiago (ARPES).

Foi apresentado nas falas dos entrevistados momentos em que demonstram a violência silenciosa que a sociedade exerce sobre eles. Um olhar recriminatório, que muitas vezes parece desaprovar a profissão que eles exercem. De fato, ainda se têm o preconceito e

falta de conhecimento sobre a realidade de trabalho dos catadores. E infelizmente, ao perceberem esse fato eles próprios já não consideram como preocupação de como o mundo os vê. Se formos pensar a longo prazo, esse afastamento irá gerar dificuldade ainda maior das pessoas terem consciência da importância em separar o lixo doméstico, empresarial e comercial.

Mesmo que eles valorizem o seu trabalho é necessário que a sociedade preserve, reconheça e melhore sua responsabilidade social com eles. Pois são pessoas que precisam de compreensão, respeito e empatia das pessoas. E muito mais, não é um favor para o município, são agentes públicos, profissionais que desempenham um grandioso trabalho. Além do bem a sociedade, pensar que é um bem para todos, para o meio ambiente.

Na pesquisa descobrimos também que a prefeitura de Santiago, RS, está presente na atividade dos catadores da ARPES. Auxiliando na manutenção e gasolina para o caminhão que carrega as embalagens para a reciclagem, disponibilizaram o uso de um terreno para criação do galpão da ARPES, oportunidade de realização de cursos para aperfeiçoamento de suas atividades, além das assistências públicas que o município oferece. E, segundo os entrevistados, estão satisfeitos com o retorno financeiros que conquistam por meio do seu trabalho.

Em contrapartida, ainda há dificuldade de participação da população na preparação do material para a coleta seletiva, em especial, da separação de embalagens e materiais para que os catadores da ARPES recolham e vendam o material para a reciclagem nas empresas conveniadas. Já que esta ação contribui para a diminuição de gasto que a prefeitura tem ao destinar o lixo para o aterro sanitário. Como relatado pelos entrevistados não se sabe o motivo da sociedade não colaborar, já foi ofertado oficinas, constates falas nas rádios, panfletos e contato de casa em casa. Uma hipótese é a falta de empatia, vontade de fazer um ato se tornar rotina e um momento de reflexão quanto ao consumo e descarte consciente.

Durante a preparação deste trabalho, muitas questões surgiram, muito debates e possíveis meios de resolvê-los, como por exemplo, diminuir essa distância entre a população e o trabalho dos catadores. O que fica marcado é que nós seres humanos somos totalmente responsáveis pelas ações que realizamos hoje e que no futuro irão surgir como novas questões para melhorarmos, e será que a humanidade está preparada para o esforço da mudança?

Deixo uma palavra que fez parte do meu pensamento durante a escrita do trabalho, *empatia*. Afinal, o ser humano ainda não deixou de conviver com sua individualidade e praticar a coletividade, e melhor, a cidadania na comunidade é uma construção diária. Talvez

um dia, essa problemática tenha uma solução, ou então, estaremos sucumbindo a favor da cultura do desapareço.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm)>. Acesso em: 06 de abr. de 2020.

BRASIL. Decreto no 8.892, de 27 de outubro de 2016. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial União**, Brasília, DF, 31 out. 2016. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm)>. Acesso em 6 de abr. de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jan. 2007. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm)>. Acesso em 6 de abr. de 2020.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 ago. 2006. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: 06 de abr. de 2020.

BRASIL. Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras Providências. **Diário Oficial União, Brasília, DF, 2 set. 1981**. [versão online] Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)>. Acesso em 6 de abr. de 2020.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial União, Brasília, DF, 27 abr. 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm)>. Acesso em 6 de abr. de 2020.

CBO. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<https://www.ocupacoes.com.br/>>. Acesso em 29 de maio de 2020.

DIAS, S. M.; MATOS, M.; Fórum lixo & Cidadania – Inovação institucional na formulação de políticas públicas de resíduos sólidos. KEMP, H. V., CRIVELLARI, T. H. M. **Catadores na cena urbana - Construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2008. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179536/>>. Acesso em: 07 abr. 2020. p. 249-264.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. [recurso digital] Disponível em:

<[http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf)>. Acesso em: 29 de jun. de 2020.

GRAY, D. E.; **Pesquisa no mundo real**. Tradução: Roberto Cataldo; Revisão técnica: Dirceu da Silva. – 2º Ed. – Porto Alegre: Penso, 2012. Disponível em: <<https://www.pdf-archive.com/2014/10/17/david-e-gray-pesquisa-no-mundo-real-booksee-org/david-e-gray-pesquisa-no-mundo-real-booksee-org.pdf>>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004, p. 25-34.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Guia Cidades, Santiago, RS. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santiago/panorama>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, nº 118, p. 189-205; março de 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso 29 de jun. de 2020.

JANNUZZI, P. M.; CARLO, S.; **Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI**. Revista Bahia anál. dados. Salvador, v. 28, n. 2, p.6-27, jul.-dez. 2018. Disponível em: <<http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanalisedados/article/view/143>>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

KEMP, H. V., CRIVELLARI, T. H. M. **Catadores na cena urbana - Construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2008. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179536/>>. Acesso em: 07 abr. de 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. Edição, São Paulo: Atlas, 2003.

LANGE, B.; RATTO, V.; Fundamentação político-pedagógica para a formação de técnicos em meio ambiente. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L.; Organizadores. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. 2ª Edição, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (p.29-36)

LAYRARGUES, P. P. **Identidades da educação ambiental brasileira**; Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <[https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/livro\\_ieab.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf)>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

LAZZARIN, L. F.; **Bases Epistemológicas da Pesquisa em Educação**. 1ª ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, EAB, 2017. Disponível em: <[https://nte.ufsm.br/images/identidade\\_visual/FINAL\\_Educao\\_Especial\\_BEPE.pdf](https://nte.ufsm.br/images/identidade_visual/FINAL_Educao_Especial_BEPE.pdf)>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

LEFF, E.; Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogos de Saberes. **Revista Educação & Realidade**. Edição 34, n. 3, p.17-24, 2009.

MORAIS, E. C.; **A construção do conhecimento integrado diante do desafio ambiental: uma estratégia educacional.** In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L.; Organizadores. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira.** 2ª Edição, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (p.37-56)

MOREIRA, I. A. W. [et al.]. **História da Educação e Política Educacional.** 1ª Ed. - Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15812/Lic\\_Computacao.historia-educa%c3%a7%c3%a3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15812/Lic_Computacao.historia-educa%c3%a7%c3%a3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

NOAL, Fernando O.; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo H. L.; Organizadores. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira.** 2ª Edição, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 263 páginas ISBN 85-85869-52-6

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de out. de 2015. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org>>. Acesso em: 22 de ago. 2020.

ONU-BRASIL; **PNUD explica transição dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Publicado em: 08/12/15. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pnud-explica-transicao-dos-objetivos-do-milenio-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 24 de jan. de 2020.

PEREIRA, A. S.; [et al.]. **Metodologia da Pesquisa Científica.** 1ª. ed. - Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic\\_Computacao\\_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1)>. Acesso em 29 de jun. 2020.

PEREIRA, M. M. F.; PEREIRA, V. F.; **A responsabilidade da administração pública diante da complexidade dos desastres.** In: CUNHA, B. P. (org) et al; Os saberes ambientais, sustentabilidade e olhar jurídico: visitando a obra de Enrique Leff / organizadores Belinda Pereira da Cunha ... [et al.]. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2015.

PERS; **Plano Estadual de Resíduos Sólidos.** Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/plano-estadual-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 31 de mar. de 2020.

PNRS, **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Disponível em: <[https://sinir.gov.br/images/sinir/Arquivos\\_diversos\\_do\\_portal/PNRS\\_Revisao\\_Decreto\\_280812.pdf](https://sinir.gov.br/images/sinir/Arquivos_diversos_do_portal/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf)>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

RECH, D. **Os direitos e a função pública dos catadores e das catadoras de material reciclável.** In: KEMP, H. V., CRIVELLARI, T. H. M. Catadores na cena urbana - Construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2008. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179536/>>. Acesso em: 07 Abr. 2020.

REIGOTA, M.; **Ciência e Sustentabilidade:** a contribuição da educação ambiental. Avaliação - Revista de Avaliação da Educação Superior; V.12, nº2. Recebido

em:15/03/2007 e avaliado em: 25/05/2007. Junho de 2007. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/pdf/aval/v12n2/a03v12n2.pdf>>. Acesso em 29 de jun. 2020.

REIGOTA, M.; **Educação Ambiental: Fragmentos de sua história no Brasil.** In: NOAL, F.O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L. (Org.) Tendências da Educação Ambiental Brasileira. 2ª Edição, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (p.13-27)

REIGOTA, M.; **Meio ambiente e representação social.** Coleção questões da nossa época, v. 12; 8ª Ed; São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, M. L. et. al; **A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais.** Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.3, p.96-110, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s3/09.pdf>>. Acesso 29 de jun. 2020

SANTIAGO; **Decreto nº 135/2013:** Institui O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Santiago. Registre-se e Publique-se em 27 de dez. 2013. Disponível em: <<http://www.santiago.rs.gov.br/legislacao/plano-municipal-de-residuos-solidos/4149>>. Acesso em 7 de abr. de 2020.

SANTIAGO; **Meio Ambiente: coleta de material reciclável já passa das 100 toneladas por mês em Santiago.** Disponível em: <<http://www.santiago.rs.gov.br/noticia/2423/06-07-2015/meio-ambiente-coleta-de-material-reciclavel-ja-passa-das-100-toneladas-por-mes-em-santiago>>. Publicado em 7 de julho de 2015. Acesso em 26 de jun. de 2020.

SANTIAGO; **Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, Santiago/RS.** Registra-se e Publica-se em 31 de Dez. de 2013. Disponível em: <<https://www.santiago.rs.gov.br/uploads/legislations/4149/dde0837e78fde0dad0bcc47ff2c9cdc.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. 2020.

SAUVÉ, L. **Perspectivas Curriculares para la Formación de Formadores en Educación Ambiental.** I Foro Nacional sobre la Incorporación de la Perspectiva Ambiental en la Formación Técnica y Profesional. Universidad Autónoma de San Luis de Potosi, México. Centro Nacional de Educación Ambiental. Novembro, 2004. Disponível em: <[https://www.miteco.gob.es/en/ceneam/articulos-de-opinion/2004\\_11sauve\\_tcm38-163438.pdf](https://www.miteco.gob.es/en/ceneam/articulos-de-opinion/2004_11sauve_tcm38-163438.pdf)>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental.** In. SATO, M.; CARVALHO, I.; [et al.]. Educação Ambiental: Pesquisa e Desafios. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536315294/pageid/0>>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

STOREY, C. **Gênero e Educação Ambiental na Amazônia. (p. 57 e 83)** In.: NOAL, Fernando O.; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo H. L.; Organizadores. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira.** 2ª Edição, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 263 páginas ISBN 85-85869-52-6

## ANEXO

### ANEXO 1 - TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Termo de consentimento dos entrevistados (as) e esclarecimento da pesquisa.

Prezado (a) \_\_\_\_\_

Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista e aplicação do questionário. Os mesmos serão utilizados para a elaboração de minha monografia que realizo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), referente ao curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental no ano de 2019, com o projeto nº 23081.034071/2019-77 para obtenção do título de Especialista em Educação Ambiental.

A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados, sobre: representação social, educação ambiental, políticas públicas e questões socioambientais. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita para fazer a análise dos dados.

A identidade do (a) participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação do pesquisador e autorização para o uso dos dados obtidos para questões acadêmicas.

Eu, Jéssica Soares Flores estou à disposição para posteriores esclarecimentos sobre a pesquisa. Contato: (55) X XXXX – XXXX.

Desde já agradeço sua participação.

\_\_\_\_\_  
Entrevistado

\_\_\_\_\_  
Pesquisador

Santiago, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, 2019.